

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS:** =====

===== Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas 17 horas e 40 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em **Sessão Ordinária**, na **Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho: =====

1. **Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.) =====
2. **Informações Gerais;** =====
3. **Período de Antes da Ordem do Dia;** =====
4. **Ordem do Dia;** =====
5. **Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.) =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 08 - Sessão da Assembleia Municipal de 27-02-2023 - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras - Conhecimento; =====

===== **Ponto quatro:** - Prestação de Contas do Exercício 2022 (I/26987/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto cinco:** - Pedido de reconhecimento de interesse público municipal na requalificação do Parque Bento Carqueja - Palmaz (I/27079/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** - *Minuta de Contrato interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes (I/23831/2023) - Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** - *Alteração da postura de trânsito (colocação de nova sinalização) na rua da Obra Social em S. Martinho da Gândara - Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/11282/2023) - Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** - *Alteração da postura de trânsito aprovada para a Rua Casal Novo (colocação de sinalização) - Freguesia de Cucujães (I/11585/2023) - Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** - *Postura de trânsito para “Parque Verde Carregosa Viva” (I/26615/2023) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** - *Abertura de procedimento e autorização das condições gerais da concessão/ atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade (Proc. 17/23 - PI/310/2023) - (I/23199/2023) - Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** - *Procedimento de Aquisição de leite escolar (Proc. 30/23) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/23948/2023) - Autorização.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** *Paulo Jorge Gonçalves dos Santos, Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, José Lopes Gaspar, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, José Ramos da Silva, Daniela Sofia Aguiar dos Santos, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho, Gaspar de Sá Almeida e Maria de Fátima de Oliveira Ferreira.* =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** *Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, João Rebelo Martins, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, António Ilídio Martins Godinho, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, Carla Susana da Silva Reis, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos.* =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP):** *António Pinto Moreira.* =====

===== **CHEGA (CH)**: *Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues.* =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.)**: *Alcino da Silva Martins.* =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: *Augusto Moreira da Silva.* =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: *Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Susana Cristina Pinto Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido José Manuel Marques Ribeiro; José Lopes Gaspar que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Marisa Lopes de Sousa; Paulo Jorge Gonçalves Santos que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Bruno Armando Aragão Henriques; Daniela Sofia Aguiar dos Santos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Constança Correia de Melo; Maria de Fátima de Oliveira Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail - Manuel Alberto Marques Dias Pereira; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Rita Gomes Costa, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição.* =====

===== ***Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== ***Presidente da Câmara:*** *Joaquim Jorge Ferreira;* ***Vereadores:*** *Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Fernando Ricardo Gomes de Oliveira Bastos, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.* =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Mesa foi dado conhecimento do pedido de renúncia da Senhora Maria da Graça Marques Casimiro de Almeida, por motivos de saúde, a qual foi substituída pelo membro imediatamente a seguir na lista Senhora Carla Susana da Silva Reis.* ==

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que este momento é o período do público pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, não deve ser desvirtuado e, abusivamente usado para outros efeitos pelos Partidos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do munícipe António Vitorino Coelho.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Vitorino Santos Coelho**, residente em Oliveira de Azeméis.* =====

===== *Boa tarde. Cumprimento os Senhores Presidentes. Senhoras e Senhores presentes, e não presentes. Antes de mais, viva o 25 de abril, tal como o 25 de novembro. A exemplo, do que já vem sendo habitual no último ano, o que me traz a esta Assembleia são os problemas comuns, a várias Freguesias, e que são expostos ao partido “Chega”, por inúmeros Oliveirenses. Assim sendo, as questões que irei colocar serão questões diretas, e espero que o Executivo tenha respostas concretas, para dar aos Oliveirenses. Estamos perante um Executivo socialista, que já vai quase a meio do seu segundo mandato. E, durante as duas campanhas eleitorais autárquicas, prometeu a cobertura total da água e saneamento, na Freguesia de Cucujães. O que constatámos, em visitas à Freguesia, em conversa com vários moradores é que, apenas se tratou de promessas. O que se vê são águas a escorrer rua abaixo, sem que exista sequer, saneamento para as águas pluviais, estou a referir-me à Rua Frei Dom Vasco Miranda, e a outras ruas perpendiculares à Rua Professor Leão. Senhor Presidente, para quando saneamento, nestas e noutras ruas secundárias. Para quando, a conclusão da obra, do anfiteatro ao ar livre em Cucujães? Nos últimos tempos, e após o término de algumas obras de repavimentação, todos nos deparámos com fissuras, buracos, e alcatrão completamente deteriorado. Tal aconteceu por exemplo, na Rua Professor Leão, Rua da Misericórdia, ambas em Cucujães, mas também na Rua dos Jeitos, na Freguesia de Oliveira de Azeméis, entre muitas outras situações idênticas. Senhor Presidente, o alcatrão perdeu qualidade? As obras são feitas à pressa e, sem controlo? As garantias estão a ser acionadas? Temos consciências que, todas as obras nas estradas, causam transtornos e a moradores, que nelas circulam. O que pedimos é que, as obras sejam realizadas de forma célere e com qualidade. Para terminar, qual o ponto de situação relativamente, à limpeza e manutenção das faixas de combustão. A Proteção Civil já fez a respetiva prevenção? Disse.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Começo por saudar quem o secretaria na mesa. Cumprimentar os caros colegas de Executivo. Senhores Deputados Municipais. Cumprimento especial, para os Senhores e Senhoras Presidentes, de Junta de Freguesia. Cumprimentar o*

*público, que nos acompanha nesta Assembleia, seja presencialmente, seja através dos órgãos de comunicação social. Um cumprimento também naturalmente, para os órgãos de comunicação social, e para os funcionários da autarquia, que asseguram o bom funcionamento desta assembleia. Viva o 25 de abril também. Já agora, dar uma explicação muito breve, sobre as questões que foram colocadas, pelo Senhor Vitorino Coelho. Eu nunca prometi a cobertura total, da Freguesia de Cucujães, nem de Freguesia rigorosamente nenhuma. Deve haver um equívoco, com quem fez essas promessas, de forma reiterada no passado, até porque é completamente impossível. A cobertura integral é completamente impossível. Aquilo que nós desejamos, é que o Município de Oliveira de Azeméis, consiga cumprir as metas do PENSAAR, e isso significa uma evolução muito importante, muito relevante, em relação às atuais taxas de cobertura. Aquilo que nós estamos a fazer é precisamente, permitir que Freguesias, que tinham taxas de cobertura absolutamente residuais, tenham taxas de cobertura mais expressivas, mas mesmo assim, ainda longe nalguns casos da taxa de cobertura integral. Isso acontece na Freguesia de Cucujães, como acontece noutra Freguesia qualquer. Deixe-me dar-lhe nota, que a Freguesia de Cucujães tem, neste momento 95% de taxa de cobertura de água, e tem 85% de saneamento, ou seja, andaremos aqui praticamente, nas metas do PENSAAR. Tomáramos nós, que as outras Freguesias, e algumas delas têm 0% de cobertura, tivessem um panorama semelhante a este. Quanto a essas ruas que referiu, que não têm rede de água e saneamento, aquilo que nós vamos procurar fazer é que, quando tivermos os meios financeiros, ou quando existirem condições técnicas para o fazer naturalmente, vamos dotar também essas ruas de rede de água e saneamento. Porque, esses Cucujanenses não são Cucujanenses de segunda, quando comparados com os Cucujanenses que, hoje já beneficiam dessas infraestruturas básicas. Não nos podemos esquecer, que não há municípios Oliveirenses de segunda, nem municípios Oliveirenses de primeira, e temos muitos municípios no nosso concelho que infelizmente, não têm essas infraestruturas básicas. Em relação ao anfiteatro ao ar livre, a obra está a decorrer. Todos nós sabemos dos inúmeros atrasos, que essa obra teve, como muitas obras têm tido. Essa particularmente, tem um atraso substancial, aquilo que nós esperamos é que, nos próximos dois, três meses, a obra esteja concluída. Neste momento, o empreiteiro tem sansões, que lhe estão a ser aplicadas, e esperamos que ele muito rapidamente, cumpra com a conclusão da obra. Em relação ao conjunto de ruas, que referenciou terem problemas. Muitas ruas que, nós temos no nosso concelho, que mesmo tendo sido recentemente asfaltadas e apresentam danos no pavimento, não são da responsabilidade do empreiteiro. Muitas delas resultam de abatimentos, das condutas de águas pluviais, de minas que existem por baixo da estrada, e nem sempre as razões são imputáveis. Quando as razões são imputáveis, é isso que está previsto na lei, é isso que está previsto contratualmente, o empreiteiro, ao abrigo da garantia faz as reparações, que são necessárias, e foi isso que aconteceu na Rua da Misericórdia, e é isso que acontece em todas as ruas. Não acontece isso na Rua Professor Leão, porque não é da responsabilidade dele, o abatimento que lá se verificou. Na Rua dos Jeitos, aquilo que aconteceu foi uma intervenção profunda, que a Câmara fez no local, e agora vamos proceder à pavimentação definitiva, de toda aquela via. Em relação à gestão das faixas de combustível, a*

*Câmara está a fazer aquilo que lhe compete. Neste momento, no primeiro trimestre de 2023 limpou cerca de 23 hectares, de faixa de gestão de combustível, estamos a fazer esse trabalho, enquanto nos for possível fazer. E, o que desejamos é que, os particulares também o façam, no sentido de termos o nosso território o mais seguro possível, o mais resiliente possível, aos incêndios florestais, sendo certo que é isso que se avizinha. Vamos ter um verão muito complexo, aliás já tivemos um mês de abril, que é dos meses mais quentes, dos últimos 80 anos. Esperamos sinceramente, que sejamos bafejados por temperaturas mais amenas, e que não tenhamos problemas de maior. Estamos a fazer o nosso trabalho, não só ao nível das faixas de combustão, mas também dos caminhos de acesso, a assegurar o funcionamento dos pontos de água, dos caminhos corta-fogo, também com os parceiros que são obrigados, a fazer a gestão das faixas de combustível, como a “BRISA”; a “E-Redes”, a “REN”, e, portanto, esse trabalho está a ser feito.=*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Márcia Gomes**, Segunda Secretária, que apresentou os seguintes votos de pesar subscritos por todos os grupos municipais presentes na Assembleia: Voto de pesar pelo falecimento de Sandra Cristina Aguiar Bastos Pinho: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Sandra Cristina Aguiar Bastos Pinho, que partiu prematuramente, no passado dia 18/04/2023. Natural de Carregosa, Sandra Pinho era uma pessoa querida e estimada por todos. A sua paixão pela sua comunidade foi materializada em 1997, quando decidiu apostar no reinício da Associação Cultural e Etnográfica d’Azagães (ACESMA), tendo sido presidente desta associação desde então. Como presidente foi o suporte, a alavanca, a força e a alma permitindo a sua continuidade. Lutou pela fruição dos costumes e tradições dos seus antepassados às gerações futuras. A Sandra Pinho premiou Carregosa e os carregosenses com a sua dedicação e obra. Ela foi e será sempre o símbolo do associativismo e da união em Carregosa. Perpetuar o seu legado é não esquecer a obra, o modelo de vida e os valores que ela transmitia a quem com ela se cruzava. Altruísta e dedicada às causas em que acreditava, vai ser recordada como um exemplo a seguir no mundo associativo. Entre 1999 e 2001, foi presidente da Assembleia de Freguesia de Carregosa. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de abril, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Sandra Cristina Aguiar Bastos Pinho. Neste momento particularmente difícil e de dor, endereçamos à sua família, amigos, a toda a família ACESMA e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências.” ----- Voto de pesar pelo falecimento de António Jesus Amorim: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de António Jesus Amorim, que faleceu no passado dia 25 de dezembro de 2022. Nascido em Carregosa a 13 de agosto de 1949, o Sr. Amorim teve um papel preponderante no desenvolvimento da freguesia que o viu nascer, onde desempenhou funções autárquicas. Foi secretário da Junta de Freguesia de Carregosa de 1993 a 2005 e presidente da Assembleia de Freguesia de Carregosa de 2015 a 2017. Homem de princípios e de fé, dedicou o seu tempo à comunidade tendo sido*

*durante vários anos membro da Comissão fabriqueira. Foi um dos grandes impulsionadores da Banda de Música de Carregosa, cofundador da Juventude Desportiva Carregosense, cofundador, presidente, secretário e vogal da Associação Reformados e Pensionistas de Carregosa e cofundador da ACMAP. Lutou pela perduração dos costumes e tradições dos seus antepassados no tempo. Carregosa ficou mais pobre com a sua partida física, mas a sua obra perdurará na memória de todos aqueles que com ele tiveram a oportunidade de privar. Mais recentemente brindou os carregosenses com mais uma das suas paixões, a escrita. Autor do Hino da freguesia de Carregosa, hino que espelha nos seus versos a sua paixão por Carregosa e pela escrita. O Sr. Amorim será para sempre recordado pela sua dedicação, persistência e resiliência em prol do desenvolvimento da sua freguesia, Carregosa. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de abril, aprova um voto de pesar pelo falecimento de António Jesus Amorim. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família, amigos e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências.”* =====

===== Colocados à votação os votos de pesar apresentados, foram os mesmos admitidos e aprovados por unanimidade. =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de João Martins, António João, José Lourenço, Helga Correia, Daniela Silva e Fernando Pais. =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Dentro desta quadra que nos encontramos, queria saudar naturalmente, o 49 aniversário do 25 de abril e, todos aqueles que no Município, e nas suas Freguesias procuram formas de comemorar, celebrar, festejar os valores da Democracia e da Liberdade e particularmente, alertar, prevenir e precaver para os perigos da subversão, intolerância, que se acumulam, em alguns setores da nossa sociedade. Registo a sorte e a felicidade, que representa para nós, e para a comunidade Oliveirense, a formação, a competência e o bom senso, de todos os representantes políticos da nossa comunidade. Têm sabido debater com elevação, sobriedade e tolerância, os seus pontos de vista naturalmente, divergentes e alternativos. Do acolhimento da minha intervenção, na Assembleia Municipal de 29 de abril do ano passado, ficou a ideia de uma Assembleia Temática este ano, alusiva ao 25 de abril, pois sentia e sinto desconforto, no programa

*minimalista, que por monotonia ou simples tradição temos mantido. O esforço feito este ano pelo Município, com o excelente concerto de Carlos Moniz, não atingiu os objetivos da mobilização e participação pretendidos. Das diligências informais que fui fazendo, não estava garantido o sucesso desta Assembleia Temática desde logo, pela dificuldade dos líderes das bancadas PS e PSD poderem participar, mas também porque, mais uma Assembleia, mesmo que extraordinária, não garantia a mobilização e participação abrangentes. Assim e, sem prejuízo na abordagem, na próxima Reunião da Comissão Permanente entendo por bem, em articulação com a Câmara Municipal, organizarmos um programa consensual, para o próximo cinquentenário do 25 de abril. Em que seja previsto, uma Assembleia comemorativa, mobilizadora, participativa e abrangente, a todos os eleitos locais incluindo naturalmente, os Executivos e Membros das Assembleias de Freguesia, aberto ao público, com apelo especial a todos os envolvidos nas listas de candidatos, de quem só nos lembramos nas campanhas eleitorais. Só o Teatro Municipal poderá acolher uma Assembleia destas. Entretanto dou nota que a Mesa da Assembleia, em articulação com a Divisão da Educação e as Escolas, no âmbito da Assembleia Municipal Jovem, a realizar este ano no dia 16 de maio, está também a abordar, desde já, a temática da Democracia e da Liberdade, com o objetivo da sua envolvência no cinquentenário do 25 de abril. Aproveito para informar a Assembleia Municipal, das entidades nomeadas para o “Prémio Cidadania 2022”, a entregar no Dia da Cidadania, 18 de maio, às 18:30 horas, na Sala da Biblioteca Municipal, e para o qual estamos, desde já todos convidados. São nomeadas as seguintes entidades: António da Silva Rodrigues; Dr. António Praça Vasconcelos; Dr. Fernando Oliveira e Silva (a título póstumo); Professora Maria Antonieta Sobral; Projeto Corridas Solidárias; Movimento Social DAR e Rotary Clube de Azeméis. No fim desta Assembleia, os membros do júri reunir-se-ão para deliberar, sobre o candidato, o vencedor do Prémio Cidadania 2022. Compreenderão que, só iremos divulgar no próprio dia, porque temos de primeiramente, falar com todas as candidaturas acolhidas. Os membros do júri irão deliberar, hoje, no fim desta Assembleia, o seu sentido de voto. E, uma vez que este prémio emana desta Assembleia, gostaria imenso que nós nos fizéssemos representar nesse dia. Acho que é um conforto grande, para as pessoas que mereceram e nos dão a honra de ser candidatas a este prémio. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Rebelo Martins**, do PSD. =====*

*===== Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. Eu tenho três pontos na minha intervenção de PAOD. O primeiro é para dar os parabéns ao André Sousa. O André Sousa, para quem não sabe, foi um Oliveirense que teve a audácia, a coragem de percorrer o mundo, numa minimoto, uma coisa minúscula, que fez 80 mil quilómetros. Esteve em todos os continentes, exceto a Antártida. Uma viagem que começou em 2020, e que terminou passados mil dias de viagem, por isso dar-lhe os parabéns pela sua audácia. Se todos estivemos, um bocado*



*atentos à televisão, foram muitas horas que o André, esteve na televisão principalmente, quando chegou, na partida também, mas quando chegou foi um feito comemorado, no mundo inteiro, muitas notícias na imprensa. E, tenho de dar os parabéns à Câmara Municipal de Avis, porque acolheu um projeto, de uma pessoa que não lhes dizia nada, mas que tinha um gosto por viajar. Os Senhores da Câmara Municipal de Avis, aproveitaram e bem, e colheram todos os lucros, dessa exposição mediática que o André teve. Dar também os parabéns, não posso deixar de dar, ao Partido Socialista pelos 50 anos. Um partido fundamentado no Portugal democrático, um partido que esteve elencando, os momentos mais positivos, na Assembleia Constituinte, no 25 de novembro, na entrada de Portugal na Comunidade Europeia, na assinatura do Tratado de Maastricht. Todos estes pontos, que são fundamentais para o Portugal de Liberdade que temos hoje, para o Portugal Democrático. O Partido Socialista faz parte dele, o PSD também como é obvio, por isso não podia deixar de dar, os parabéns ao Partido Socialista. Há casos do Partido Socialista que, não são tão bem vistos, mas todos temos esses casos, e não vamos elencar isso numa data de aniversário. O Senhor Presidente da Assembleia, isto é dirigido a si, já falou da Assembleia Municipal Temática do dia 25 de abril. O dia 25 de abril é um dia fantástico, é o dia em que, tudo o que estamos a viver hoje só é possível, porque houve 25 de abril nomeadamente, depois houve outras coisas que aqui falei. Vou dar os parabéns ao Partido Socialista, como é o caso da Assembleia Constituinte, do 25 de novembro e tudo mais, uma coisa não se faz, sem a outra, mas o dia 25 de abril é fundamental. O que nós temos hoje em dia, se olharmos para os atores políticos, se por exemplo olharmos, para aquilo que é a Comissão de Inquérito à TAP. A posição dos Ministros do PS, dos Senhores Deputados, para o que foi, a visita do Presidente Lula a Portugal, e aquela intervenção do CHEGA, e o que se veio a saber depois que, o Senhor Presidente da Assembleia da República fez, só serve para denegrir a imagem da nossa democracia. Por isso, nós temos de lutar todos os dias, por um Estado mais democrático e, além da Assembleia Temática do 25 de abril, que acho que é fundamental como símbolo, podíamos pensar também, para melhorar a Democracia no concelho de Oliveira de Azeméis, o PSD traz para já duas sugestões. E para já, porque a Democracia não é uma coisa que se encerra em si, tem de ser lutada todos os dias. E, as nossas duas sugestões é que, os documentos para a Assembleia Municipal, que nos sejam entregues com dez dias úteis, antes da Assembleia. E, a segunda sugestão é que tenhamos reuniões intercalares extraordinárias, porque todos nós sofremos com isso, temos cinco Assembleia por ano, temos Assembleias com a intervenção do público, com o PAOD, com os pontos a discutir, e temos Assembleias com mais de trinta pontos, já nos aconteceu isso. E, o Senhor Presidente muitas vezes está aqui, e diz que a hora não chega. Então se não chega, e temos Assembleias que são fundamentais, para o exercício autárquico, da gestão autárquica. E, são fundamentais para o garante da nossa democracia, poderíamos convocar Assembleias Extraordinárias para esses pontos. Uma delas por exemplo, a discussão do orçamento, ou a discussão das contas. Muito obrigado. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **António João**, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. Cumprimento toda a Mesa da Assembleia e o Secretariado. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Engenheiro Joaquim Jorge. Cumprimento também toda a Vereação. Todos os Membros desta Assembleia Municipal e Presidentes de Junta. O público aqui presente e os que nos seguem remotamente. Os meios de Comunicação Social e os funcionários da Autarquia. Senhor Presidente, a razão desta minha intervenção prende-se com o estado, em que se encontram alguns dos edifícios e equipamentos do Município nomeadamente, o Edifício dos Paços do Concelho e o Arquivo Municipal. Na minha opinião, são edifício emblemáticos do Município, de alto valor arquitetónico e que, neste momento não resplandecem o vigor da sua imagem. Ambos carecem de algumas obras de manutenção, pelo menos na sua envolvente exterior, devolvendo aos mesmos, uma imagem mais condizente com a sua importância, e no caso do Edifício dos Paços do Concelho, até de salvaguarda patrimonial. Questiono, então o Executivo, se existem ações programadas para estes imóveis? Se sim, quais são as datas previstas das mesmas. Não era do âmbito da minha intervenção, mas também peço a sua atenção, para o sistema de AVAC da nossa Biblioteca. Disse. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **José Lourenço**, do PS. =====

===== Cumprimento todos os presentes, Senhor Presidente, restantes membros da mesa, executivo municipal, senhores vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Público, Comunicação Social, funcionários da autarquia, oliveirenses. O saneamento básico bem como as redes de água pública contribuem para a nossa saúde, educação, o meio ambiente e a economia. A ampliação e modernização destes sistemas, beneficia em qualquer lugar do mundo, a sociedade como um todo: as empresas, o país, as cidades e, por conseguinte, o desenvolvimento social e económico. O Partido Socialista considerou, desde sempre, que esta era uma prioridade. Sem resolver necessidades básicas, sem resolver as necessidades 1.0, dificilmente conseguiremos entrar na indústria 4.0, sociedade 5.0, e digitalização da economia. Há uma coisa que sabemos que nunca será digital: as redes de água e saneamento. Ficamos na cauda de todos os municípios, comprometemos investimentos industriais e opções de investimento habitacional, pela ausência destas redes ou de perspetiva sobre a sua infraestruturização. Senhor Presidente, como referi anteriormente, Oliveira de Azeméis tem neste momento uma grande frente de obra, com investimentos de impacto, que vão paulatinamente resolvendo problemas há muito reclamados. Foi aliás um dos nossos compromissos de campanha: conseguir investimentos de pelo menos 10 milhões euros. Curiosamente, os que mais duvidaram deste compromisso, foram os que menos investiram nestas redes e os que sobre elas mais prometeram. Senão vejamos: - Se em Macinhata

da Seixa, a rede de saneamento estará quase concluída, a de Ossela está já concluída e a rede de água também será uma realidade, a breve prazo nestas duas freguesias; - Em Vilarinho Cesar, em complemento à rede de água existente, foi dada como concluída empreitada da rede de saneamento; - Já em Fajões, numa operação mais “musculada”, a rede de saneamento, a rede de água, um reservatório e respetiva adutora de água ,foi iniciada no mês passado; - Em Madail a rede a instalar vai sensivelmente a meio. - Na minha freguesia de Pinheiro da Bemposta, a obras na rede saneamento e construção de ETAR desenvolvem-se a bom ritmo, estando executados 40% a 50% do volume total de obra; Tudo isto só nos últimos 12 meses... o que nos permitirá chegar no final deste ano de 2023, com 66% de rede de saneamento instalado, com destino final e devidamente tratado. Por muito que possa custar a alguns, muito mais custou aos oliveirenses, mas factos são factos. Se em 2017 tínhamos 22,5% de rede de saneamento tratado... repito, demoramos 40 anos para assegurar 22,5%... pasme-se que, em 6 anos, este executivo do partido socialista, fez executar o dobro. Mas este enorme investimento tem impactos sérios. A rede viária é, talvez o mais visível e o de maior consequência. Senhor Presidente, sabemos que as obras atrás enumeradas, pela sua tipologia e complexidade técnica, causam inúmeros problemas na rede viária... e que por isso, até poderia ficar esquecido. Mas não escondemos e sempre assumimos, que este era um dos maiores problemas do concelho e como tal, cá estamos para o minimizar e pedir desculpa, pelos constrangimentos causados aos oliveirenses em prol de um bem comum, de todos, que é o incremento de saúde e bem-estar na qualidade de vida de todos nós. Como referiu o grande Benjamin Franklin: “Viver é enfrentar um problema atrás do outro. O modo como o encaramos é que faz a diferença.” O impacto na rede viária, o tempo entre as obras de infraestruturização e a reposição de pisos, é particularmente sentida pelas pessoas. Mas o esforço é duplo: Requalificar a rede viária que sofre o impacto das redes de água e saneamento, mas investir também na outra, alguma degradada há anos ou nunca requalificada. Senhor Presidente, porque tudo tem um princípio, meio e, modéstia à parte, achamos que ainda não chegamos ao fim, pode ajudar-nos a perceber que outros investimentos estarão previstos, a sua calendarização, bem como estratégia e meios ao dispor para mitigar constrangimentos nomeadamente, os que se verificam na rede viária? =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, neste período do PAOD, vou dividir a minha intervenção em duas partes, uma primeira que será felicitação e uma segunda, uma questão ao executivo municipal. Uma primeira palavra para felicitar a União Desportiva Oliveirense por mais um sucesso, desta feita a 8ª edição do Torneio João Godinho, que decorreu de 6 a 8 de abril. A edição deste ano do Azeméis CUP revestiu-se de especial significado, por se ter realizado, poucos meses depois de completar 100 anos de existência. A 8ª edição do torneio João Godinho englobou as modalidades de formação do clube - Futebol, Hóquei

*em Patins, o Basquetebol e a Natação, para além da componente lúdica do Padel, direcionada aos jovens. Este torneio contou com uma participação de mais de 2500 participantes, entre crianças e jovens jogadores das várias modalidades, em representação de vários clubes, do norte ao sul do País. Trouxe ao município de Oliveira de Azeméis muita vida e cor, num fim de semana, em que Azeméis teve vida e Azeméis foi desporto. Iniciativas como estas dinamizam e promovem o crescimento da economia local. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores. deputados municipais, A União Desportiva Oliveirense, instituição centenária tem um percurso ímpar no desporto, e é uma referência no desporto nacional. No passado dia 06 de abril a União foi agraciada com a “Medalha de Honra ao Mérito Desportivo”, entregue pelo Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Correia. Esta medalha é o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos dirigentes, equipa técnica e atletas ao longo de várias décadas. Reconhece o mérito do seu trabalho em prol do desporto. Em nome do Grupo Municipal do PSD de Oliveira de Azeméis, um bem-haja aos dirigentes, a toda a equipa técnica, aos atletas pelo trabalho desenvolvido, que dignifica o desporto e o nome de Oliveira de Azeméis. Uma segunda nota para abordar novamente a questão do IC2 em Oliveira de Azeméis, aliás ontem os Senhores Vereadores do PSD, na Reunião de Câmara alertaram, para a necessidade de resolver o problema do IC2 no Pinheiro da Bemposta. Eu na última Assembleia Municipal também abordei esta questão, que é uma preocupação do Executivo, e é uma matéria que tenho acompanhado ao longo destes anos, na Assembleia da República. O Senhor Presidente da Câmara disse que, a rotunda no Pinheiro da Bemposta era fundamental, para disciplinar o trânsito naquela zona, adiantando que a rotunda iria ser totalmente suportada por um privado e que iria pedir ajuda aos Deputados Oliveirenses, no sentido de resolver esta questão. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, eu, enquanto deputada Oliveirense, tenho pugnado pela requalificação do IC2 seja uma prioridade, não estou com isto a dizer que, a autarquia ou o Deputado do Partido Socialista não tem feito o seu. Mas quando o PSD apresentou um projeto de resolução a Recomendar ao Governo que avançasse com a realização de obras urgentes no IC2, em Oliveira de Azeméis, com vista à resolução dos problemas de sinistralidade naquela via estruturante para o concelho. Fui acusada de tudo e mais alguma coisa... de estar a fazer ruído, de fazer demagogia e oportunismo político, pelo facto do governo se ter comprometido a fazer o lançamento da empreitada, até ao final de 2022. Empreitada que afinal já não é prioritária. Aguarda “melhor oportunidade para integrar no Plano de Investimentos da empresa, devido à sua menor prioridade comparativamente com outras necessidades referenciadas”. Senhor Presidente, o Projeto de Resolução do PSD, assim como dos restantes partidos, no qual o PS se absteve referia a necessidade de eliminar os sinais luminosos no IC2 e em sua substituição fossem colocadas rotundas, permitindo reduzir a sinistralidade e uma maior fluidez rodoviária. Dizer que, o PSD não vai baixar os braços enquanto estas questões do IC2 não estiveram resolvidas. Estou disponível para fazer parte da solução e para dar voz aos oliveirenses, chamando à atenção para o que entendo ser a melhor solução. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Daniela Silva**, do PS.* =====

===== *Boa tarde, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal Amaro Simões, O turismo e a cultura são dois eixos fundamentais na dinâmica dos diversos espaços da cidade promovendo a atratividade regional. O nosso património cultural, paisagístico, gastronómico deve ser preservado e ao mesmo tempo deve ser divulgado. O turismo é um meio de valorização dos recursos endógenos gerando impacto na economia da cidade. Nos últimos tempos, diversos espaços foram intervencionados tendo em vista a requalificação dos mesmos. Estes mesmos espaços vão ser fulcrais para a contínua promoção cultural, artística e turística. O tecido empresarial também se aliou a esta dinâmica através do projeto Municipal de Turismo Industrial de Oliveira de Azeméis. As nossas empresas são reconhecidas nacionalmente e internacionalmente nos mais diversos setores. A metalomecânica, os moldes, o calçado, a indústria agroalimentar, entre muitos outros. Na semana do turismo industrial nacional, em abril, foram promovidas diversas visitas na Simoldes. Esta dinâmica continuará a decorrer durante todo o ano, em variados polos industriais, promovendo as marcas oliveirenses, o nosso património industrial e os seus produtos. Esta aposta no turismo industrial é um fator que poderá trazer mais visitantes, mais dinâmica à cidade e uma aproximação do tecido industrial com todos os residentes no concelho. Há uma coisa que nunca podemos esquecer: para que as pessoas nos visitem e regressem é preciso que tenhamos coisas para lhes oferecer. Essas sempre tivemos. Mas é também preciso que tenhamos condições para as receber. Estas são as que estamos a criar. Manter e continuar a reforçar dinâmicas culturais, que tragam pessoas e ajudem à vitalidade do concelho é muito importante. A noite branca, o street food e beer festival, o 37.20, o mercado à moda antiga, entre outros, são atividades que se vão cimentando. O mercado à moda antiga, tão esperado por todos os oliveirenses, vai certamente contar, novamente, com a presença de dezenas de associações, envolvendo muitas pessoas. A logística destes eventos são cada vez mais desafiantes, mas isso é um bom problema, no sentido em que mostra como vão crescendo e ganhando magnitude. Desta forma gostaria de questionar o executivo: 1. Quais são os eventos culturais previstos para os próximos meses de verão? Quais as estratégias de comunicação que vão ser implementadas com foco na atração de um maior número de pessoas nos eventos? 2. A outra questão é centrada no projeto municipal de turismo industrial? Como é que está a decorrer a sua implementação? Gostaria também de deixar um apelo na dinamização do cartão jovem municipal e que pode se tornar num meio para que, os jovens sejam mais ativos culturalmente.* =

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD.* =====

===== *As minhas primeiras palavras são dirigidas a V. Exa., ao Secretariado, ao Presidente do Executivo Camarário, Vereadores, Colegas Membros da Assembleia Municipal,*

*público e imprensa aqui presente. Senhor Presidente, eu venho falar numa situação, que pode parecer irrelevante, do ponto de vista da grandeza da questão, mas muito importante na adoção de comportamentos e condutas, que nós queremos que o Executivo Camarário siga e tenha postura, de acordo com a lei e com os trâmites em vigor. Prende-se exatamente, com o que aconteceu na Escola da Ponte, EB, uma Escola Básica, que tem quatro salas mais ou menos bem apetrechada, que todos mais ou menos conhecemos, pelo menos de fora. Em meados do ano passado foram colocados diversos materiais de caixilharia, portas e janelas, e isto não seria novidade, se de facto a situação se ficasse por aqui, é uma requalificação. Qual foi o nosso espanto de que, no final do ano esse material foi retirado, o que causou alguma perplexidade a quem não sabia o que tinha acontecido. E, foram tapados com contraplacados, deixando a escola como é evidente, nalgum estado vulnerável, estamos a falar de crianças dos 6 aos 10 anos. Eu imagino a complicação que daquilo teria resultado. O que se passou foi o seguinte, há um programa de ajuste prévio, estamos a falar de uma obra de menos de 15 mil euros, que não especial complexidade, e de acordo com o Código de Contratação Pública pode ser feito por ajuste direto. O que aconteceu foi que eventualmente, e é essa a razão deste Executivo foi que, sem ter qualquer tipo de nota de encomenda, o adjudicatário, de modo próprio foi lá e instalou a caixilharia e as portas. As mesmas estiveram lá, desde meados do ano passado, até final de dezembro. Justificação da Câmara Municipal: “Nós tirámos aquilo, porque a empresa adjudicatária, não tinha a respetiva nota de encomenda para fazer esse tipo de trabalho.” O que acontece a seguir? Acontece que, é publicado no Portal Base, um ajuste direto exatamente, com a mesma empresa, que fez o trabalho e o retirou, e invocando um contrato com data de 17 de fevereiro. A publicação no Portal Base, creio que é de 23 de fevereiro, salvo o erro, são uns dias depois do contrato. Senhor Presidente, o que nós queremos é que, este Executivo seja de boas práticas, como o Senhor Presidente tanto diz. Aparentemente, isto não tem uma relevância grande é, de facto uma irregularidade que foi cometida. Eu não consigo entender como é que, alguém vai pôr as portas e janelas numa escola pública, que alguém lhe franqueia as portas, e passado quase meio ano as retira, numa operação que considero quase de cosmética. Mais valia, o Senhor Presidente fazer este ajuste direto, invocando uma retroatividade, que para mim era quase natural, face a isto. Senhor Presidente, não quero nenhuma explicação sobre isto, o que aqui venho dizer é puramente factual, o que quero é que esta situação não se repita. E se eventualmente se vier a repetir, que não se façam operações de cosmética, mandando as pessoas retirar. Até acho que, o material nem foi retirado na totalidade, e estamos a falar de crianças, todos nós somos sensíveis, as crianças são o futuro do país. Acho que, esta situação deve merecer da parte de V. Exa., da Vereação, o devido cuidado para que, estas situações não se venham a repetir. Não posso deixar de terminar a minha intervenção, sem dar uma palavra, pelo enaltecimento da comemoração do 25 de abril. Eu trazia uma citação do Ramalho Eanes dizendo que:” O 25 de abril mudou a política, mas não mudou as pessoas.” Eu não tenho uma visão tão catastrófica, mas por aquilo que vimos nos últimos tempos, afinal há pessoas que elas próprias deviam fazer um 25 de abril. De qualquer*

*maneira, é um reconhecimento que, os capitães de abril são muito bem recordados e bem-vindos, e é um sinal de enaltecimento, que não posso deixar de passar em claro. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Começando pelas intervenções dos Senhores Deputados. O Senhor Deputado João Rebelo Martins não colocou nenhuma questão, portanto não tenho rigorosamente nada a responder. Passando para a intervenção do Senhor Deputado António João, sobre o estado dos edifícios e equipamentos municipais. Nós temos efetivamente esses dois equipamentos. Mas temos mais. Agora, a Casa Bento Carqueja, que é propriedade da Câmara Municipal, também precisa de intervenção. Felizmente, para todos nós é um panorama, que se alterou radicalmente, nos últimos anos. Alterou-se radicalmente, porque requalificámos um conjunto de edificado público, que estava profundamente degradado, como o: Antigo Centro de Saúde; como o edifício das antigas Finanças; a Escola de Artes e Ofícios; a antiga Casa das Heras, que alberga agora o Centro Municipal de Proteção Civil; o Centro Interpretativo do Vidro, que está agora a ser requalificado; o próprio Mercado Municipal; a Casa Sequeira Monterroso, ou se quiser agora, o novo Fórum Municipal; o próprio Cineteatro Caracas, agora Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis. Esses eram bons exemplos de edificado público profundamente degradado e que hoje felizmente, ou está requalificado, ou em vias de requalificação. Em lembro-me que, os Paços do Concelho foram intervencionados há menos de 5, 6 anos. Este Executivo pagou inclusive, uma condenação judicial, porque as obras, Senhor Fernando Pais, tinham sido feitas sem qualquer procedimento concursal. Portanto, deixe-me dizer-lhe que, fará sentido intervir nesse edifício, depois de concluirmos as obras na Casa Sequeira Monterroso, depois de termos concluído o processo, para a instalação do Fórum Municipal. A partir daí, as obras que forem feitas serão obras naturalmente, mais substanciais, e serão obras que adequarão o edifício para a missão, que queremos que venha a desempenhar no futuro. Aí sim, fará sentido promovermos uma intervenção, uma requalificação profunda dos atuais Paços do Concelho, no sentido de procurarmos que, o edifício ganhe uma nova vida, cumpra uma nova missão, e aí fazermos uma intervenção, que respeite aquilo que vai acontecer, na própria Casa Sequeira Monterroso. O Arquivo Municipal é um edifício que está em boas condições, o muro exterior é que realmente precisa de ser tratado, pintado. Estamos a falar de operações de manutenção que, acho que fazem sentido, a aliás, estendo essa necessidade a muitas escolas no nosso concelho, que precisam efetivamente dessa manutenção, estou inteiramente de acordo em relação a isso. Em relação à intervenção do Senhor Deputado José Lourenço, o saneamento básico, efetivamente houve um compromisso, de se promover o investimento num mandato, de 10 milhões de euros. Neste momento, estamos com o investimento a decorrer de 10.8 milhões de euros, em números redondos, onde temos 2.50 milhões e meio de euros para a água, e depois temos 7.8, 8 milhões de euros para o saneamento. Isso vai nos permitir resolver o problema, em algumas das nossas Freguesias. Neste momento, Macinhata*

*e Ossela, só corrigir, não ficam com o problema do saneamento resolvido, ficam com o saneamento resolvido para aquilo, que estava previsto resolver. Dar nota por exemplo que, Ossela passou de uma taxa de cobertura de 16,50% para 50%, e Macinhata de 10% para 70%. Há aqui ainda muito caminho a percorrer nestas Freguesias, de forma mais significativa na Freguesia de Ossela, mas o que importa é que se comece a trilhar esse caminho. Fajões é neste momento uma outra Freguesia, que está a ser intervencionada, é a Freguesia onde estamos a fazer um investimento expressivo, conjuntamente com vários “players”. As Águas do Douro e Paiva estão também, a investir 1 milhão de euros, numa adutora, mas o investimento global andarà perto dos 4 a 6 milhões de euros, tendo um financiamento de pouco mais de 850 mil euros. Há aqui um grande esforço do Orçamento Municipal para permitir que, a Freguesia de Fajões passe por exemplo, para taxas de cobertura, de 10% para 70%, e no caso da água de 30% para 93, 94%. No Pinheiro da Bemposta, estamos a fazer um investimento substancial, muito expressivo e isso permitirá, quando a obra estiver concluída, passar de uma taxa de cobertura de 2% para 72%. Também Cesar tem neste momento, cerca de 90% da rede de saneamento concluída, com o investimento que foi feito em Vilarinho e outros investimentos, passámos de 75% para 90%. E Madaíl, com o investimento que está a ser feito, passaremos de 0% de cobertura para cerca de 85%, de taxa de cobertura de saneamento. São números que nos animam, como é evidente, mas também não podemos deixar de relembrar os Senhores Deputados que, apesar deste esforço que está a ser feito, há necessidades de recursos financeiros avultados, para levar a rede de água e saneamento a São Martinho da Gândara; Pindelo; Carregosa; Loureiro. E os Senhores Presidentes de Junta destas Freguesias recorrentemente, alertam-me para a necessidade também, de dotarmos estas Freguesias, das redes de água e saneamento. Porque, conforme nós repetidamente vimos dizendo, isto é um problema que afeta seriamente, em primeiro lugar a saúde das pessoas, mas afeta também o ambiente e a competitividade dos territórios. Por isso é a nossa obrigação, e por isso é que este foi o problema dos problemas, foi este o problema que foi eleito como sendo, o maior desafio com que nós seríamos confrontados, na gestão da Câmara Municipal. Estamos a encará-lo de frente, mas temos a consciência que, o caminho que estamos a percorrer é um caminho longo, e se formos fazê-lo sozinhos demorará mais, do que aquilo que seria desejável. Obviamente que, estamos a trabalhar para alavancar outros investimentos, e para termos todos os projetos, que são necessários para as redes de água e saneamento prontos para todo o concelho. Temos também feito um trabalho intenso, quer de forma isolada, quer de forma articulada com outros Municípios que têm esta fragilidade, como nós temos. E, procurarmos encontrar uma solução, junto de fundos comunitários, junto da tutela, no sentido de nós atenuarmos o problema no nosso concelho. As coisas estão bem encaminhadas, e espero que muito brevemente, possamos apresentar algumas novidades neste domínio. Claro que, as intervenções na rede viária, as intervenções da rede de água e saneamento, danificam as vias e importunam as pessoas, que têm razão. Muitas vezes, as coisas não correm como nós queremos, mas o que eu costumo dizer sempre é que, são transtornos, são problemas que são causados por um bom motivo. Esperamos que, logo que as redes estejam feitas, sejam repostas as condições de transitabilidade*



*e naturalmente que, os munícipes, os Oliveirenses, não sejam obrigados a atravessar vias em tremendo mau estado, mas que é um estado normal, quando fazemos intervenções desta natureza, e muitas vezes vamos a vários metros de profundidade, para instalar a rede de saneamento. Dizer também que, em termos de investimento na rede viária, neste momento será lançado um procedimento, à volta dos 3.5 milhões de euros, a que se juntarão um conjunto de intervenções significativas, que serão feitas por Administração Direta, pelos serviços da própria Autarquia. E a que, se juntará um investimento, que não classifico de investimento, na rede viária, mas é um investimento que tem uma dimensão muito grande, uma componente muito grande de pavimentação, que são os investimentos que vão avançar, nos próximos meses para a requalificação das Zonas Industriais do Nordeste, as Zonas Industriais de Nogueira do Cravo-Pindelo, e também a Zona Industrial de Ul-Loureiro, Travessa da Moura. Estaremos a falar seguramente, de 6,7 milhões de euros, que serão muito rapidamente investidos na rede viária, mas tenhamos também consciência que, ficarão por resolver muitas vias, que precisam de investimento, não há é possibilidade de ocorrermos a todos os problemas que temos, neste domínio e são muitos ao mesmo tempo. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Helga Correia, apreciamos imenso este torneio, é uma organização da União Desportiva Oliveirense com vários parceiros naturalmente, e é realmente uma grande festa do desporto e uma grande festa do desporto de formação. Ao fim ao cabo, é uma festa da família que traz até nós milhares de forasteiros e visitantes, e sobretudo é um momento importante, para promovermos a nossa realidade desportiva, e também a nossa capacidade organizativa. Associo-me a esses votos, a essa parabenização que foi feita à União Desportiva Oliveirense, que tem sinceramente, de iniciativa para iniciativa elevado a fasquia. E, portanto, foi inteiramente justo o reconhecimento que lhe foi feito pela tutela, e continuar a avançar neste domínio. Aproveitar a sua intervenção para dar nota para publicitar o torneio, que vai acontecer agora nos dias 30 de abril e 1 de maio, o torneio em Carregosa. Um torneio que tem o nome do seu comendador, o Senhor Fernando Pinho Teixeira, é também uma grande festa do desporto, onde vamos ter centenas e centenas de atletas, e também muitas centenas de pessoas, a visitar a Freguesia de Carregosa. Dar-vos nota desse torneio, desse evento desportivo muito importante. Em relação ao IC2, em primeiro lugar agradecer a sua disponibilidade, para ajudar na resolução do problema. Vamos fazer esse pedido aos Senhores Deputados eleitos por Aveiro, como é evidente. Efetivamente, existe neste momento a possibilidade, de se fazer uma rotunda integralmente custeada por um investidor. Digamos que, as Infraestruturas de Portugal, a Administração Pública Central ou Local, não teriam de fazer rigorosamente nenhum investimento, mas a proposta de rotunda foi recusada pelas Infraestruturas de Portugal. A argumentação eu tive oportunidade de a referir, não vou aqui repeti-la, a mim o que importa é que, conto convosco e naturalmente, nós também vamos empenhar-nos para reverter esta decisão, porque efetivamente, a argumentação que foi utilizada não colhe. São inúmeros os exemplos de rotundas que nós temos no IC2, e são exemplos, que têm exatamente a mesma tipologia, o mesmo tipo de resposta, o mesmo tipo de problemática, que foi argumentada pelas Infraestruturas de Portugal. Vamos fazer o que nos compete, de forma a*

*termos ali instalada, ainda por cima com a possibilidade, de ela não representar nenhum encargo para o erário público. Eu considero que, a requalificação do IC2 é fundamental, e discordo que essa requalificação não seja feita. Ela esteve incluída, naquilo que era a estratégia das grandes reparações das Infraestruturas de Portugal, agora a reparação não é pelo estado da via, pelo estado do pavimento, é sim pelas condições de segurança. É importante criar condições de segurança, no troço do IC2 que atravessa o nosso concelho e particularmente, nesta zona do Pinheiro da Bemposta, porque temos efetivamente tido muitos acidentes graves, e queríamos eliminá-los totalmente. Isso é possível, se cada um de nós fizer o que lhe compete. Agradeço a sua disponibilidade, e vamos trabalhar em conjunto para resolver efetivamente, as questões que temos, no troço do IC2 no nosso concelho, e particularmente, em dois ou três locais, onde temos tido efetivamente, níveis de sinistralidade elevadíssimos com acidentes de grande gravidade, que magoam e muitas vezes matam pessoas. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Daniela Silva, turismo e cultura, registei: “É um meio privilegiado de valorização dos nossos recursos endógenos”, e também naturalmente, “de preservação e promoção da nossa identidade.” Inteiramente de acordo. Este é um caminho que temos de percorrer, de forma mais determinada reconhecamos, não temos nenhum problema em fazê-lo, que alguns Municípios estarão um bocado mais adiantados, do que nós, neste domínio. Teremos de andar um bocado mais rápido para chegarmos até eles. O problema que aqui já foi referido, da rede de água e saneamento, é um problema que afeta também, o potencial turístico do nosso território. Nós temos efetivamente, várias dimensões por onde o podemos promover, referiu algumas: o turismo de gastronomia; o turismo de aventura; o turismo de natureza; o turismo ligado às casas; o turismo ligado ao turismo religioso. Há aqui muitas dimensões, mas o aproveitamento da nossa beleza natural, do nosso património, só é possível se realmente, tivermos os nossos recursos hídricos despoluídos, cuidados. Há aqui um caminho muito importante a fazer, nesse sentido. Depois há as infraestruturas, que são importantes requalificar, para albergarem os eventos culturais, referiu alguns, há muitos outros. Perguntou quais são os eventos culturais, para os próximos meses, para os meses de verão, acabou por referi-los. O “Mercado à Moda Antiga” será um desses eventos, o “Street Food”, o “37.20”; o Festival Confrádico “Sabores de Azeméis”, eventualmente o “Há Festa na Aldeia”. É um conjunto vasto de eventos, que acontecerão no período de verão, que é um período privilegiado para a sua realização. A estratégia que nós temos de comunicação, é nos meios habituais, dando mais ênfase a um ou outro evento, que são eventos de massas, onde nós utilizamos meios de comunicação nacionais, rádios nacionais, caixas de multibanco, os jornais nacionais, outdoors na autoestrada. Estas estratégias são definidas naturalmente, pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, que faz um excelente trabalho nesse domínio. Eu colocaria alguma ênfase, na questão do turismo industrial, porque é algo que está a ser encarado há algum tempo, pelo turismo do Porto e norte de Portugal. Há uma rede de concelhos, que têm criado esta resposta, o Município de Oliveira de Azeméis é um deles. Na Bolsa de Turismo de Lisboa, nós assinámos o contrato, o protocolo com os parceiros que nós temos, com as empresas e os seus empresários, a quem agradeço reconhecidamente, a disponibilidade para abrir as portas das suas*

*empresas, e permitir dessa forma, que não só os locais, não só os Oliveirenses, não só as nossas crianças, mas também pessoas que tenham interesse por esta área turística, em poderem visitar essas empresas, e perceber a sua realidade, e perceber através dessa realidade, a nossa capacidade industrial, a riqueza do nosso tecido económico. Em relação ao Cartão Jovem, acho que faz sentido, eu acho que é uma excelente sugestão, vamos procurar dar resposta. Dar também só uma nota que, para além de todas estas questões, que neste momento estão a ser trabalhadas e, onde temos a marca cultural Ferreira de Castro, que desempenhará seguramente um papel importantíssimo num futuro próximo. Há a necessidade de criarmos uma rede de apontamentos turísticos no nosso concelho, que sejam sobretudo apontamentos distintivos, sítios, locais onde necessariamente, quem quiser disfrutar de uma particularidade qualquer, tem de vir ao nosso concelho. As Minas do Pintor, está aqui o Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo à minha frente, é um local que tem precisamente estas características. Para nós é absolutamente determinante, e o Senhor Presidente está a colaborar connosco e com a EDM, para obtermos as autorizações dos proprietários, para realizarmos um conjunto de perfurações e sondagens, que é o primeiro passo para se fazer, a remediação ambiental do local, e depois avançarmos para a recuperação das chaminés e, para a estruturação de um projeto turístico-cultural naquele local. À minha frente também está o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, que naturalmente, comigo está muito interessado em que, se crie a primeira praia fluvial, se quiser um local onde possamos disfrutar da água do rio, no Pedregulhal. É um processo que, julgo estar a trabalhar nele neste momento, na identificação dos proprietários, com os serviços da Câmara, no sentido de procurarmos criar estas respostas. E há muitas outras que estão a ser trabalhadas neste momento, seja no âmbito de Candidaturas ADRITEM, seja no âmbito de projetos específicos, para os quais nós somos desafiados pelos nossos parceiros, pelas nossas Associações, pelas nossas Instituições. Esse é um caminho absolutamente fundamental, porque concordo consigo. A cultura e o turismo são duas dimensões absolutamente essenciais, para a promoção do nosso território, mas são duas dimensões absolutamente reivindicadas, pelas pessoas que cá vivem e, pelas pessoas que tencionam cá viver. Se não tivermos boas respostas neste domínio naturalmente, que estamos mancos e o nosso concelho terá estas debilidades, e não é isso que nós queremos. Em relação à intervenção do Dr. Pais Ferreira. Eu costumo dizer isto: “o exemplo não é a melhor forma de ensinar, é a única forma de ensinar.” É evidente que, não existem ajustes diretos retroativos, é evidente que, quando nós detetamos que um processo estava administrativamente, incorreto, suspendemo-lo imediatamente. E, deixe que lhe diga uma coisa, não estavam os alumínios todos metidos, estavam apenas uma pequena parte dos alumínios metidos, e quando detetámos isso como compreende, não são coisas que sejam controladas pelo Presidente da Câmara, mas os problemas acontecem. O que é um facto é que, detetado o problema, aquilo que se fez foi desenvolver o processo, para que tudo ficasse devidamente regularizado. Deixe-me que lhe diga uma outra coisa, que é particularmente relevante é que, eu percebo e respeito a sua chamada de atenção, mas também ficaria muito satisfeito, se dissesse que foi feita uma intervenção muito significativa naquela escola, construindo novos WC'S com*

*acessibilidades para deficientes, que não existiam. Foi eliminada uma cobertura perigosíssima, que foi montada sem nenhum projeto estrutural, foi feita uma ampliação significativa da escola e foram criadas efetivamente, muito melhores condições de conforto e de segurança, para aquelas crianças. Agora é evidente que, aquilo que nós fizemos foi, perante uma irregularidade processual, ou material, foi retirado. Deixe-me que lhe diga, diz que o material não foi retirado na totalidade, mas foi integralmente retirado, o material que havia sido, sem nota de encomenda instalado. Depois de se fazer o procedimento, e atenção que o procedimento tinha muitos meses, os serviços tinham tratado do assunto há vários meses. Não concluíram o assunto, não vale a pena estar a explicar o porquê de não terem concluído, o que é facto é que, depois que se detetou o problema, o que se fez foi iniciar o procedimento, conforme aqui referiu e, a partir daí o fornecedor estava habilitado a instalar os alumínio e foi isso que fez. Eu peço desculpa, se não respondi a todas as questões que colocaram, dentro da medida do possível acho que não me escapou nada. Dr. Pais Ferreira, eu já lhe devo ter dito isto seguramente, neste fórum meia dúzia de vezes. Não vou discutir consigo nunca questões jurídicas, o Senhor tem muito mais competência do que eu. Se isso é verdade agradeço a informação, e tomo-a como boa. =====*

*===== O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 13 minutos e 15 segundos; o PSD utilizou 17 minutos e 17 segundos; os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD. =====*

*===== Foi com algum gosto, Senhor Presidente, que o ouvi a citar hoje nesta Assembleia o Regimento e a razão de ser do Regimento, etc. O que é que nós temos aqui, Senhor Presidente? Temos três pontos, e, um dos quais é a aprovação das contas que, nós quando recebemos a convocatória os pontos ainda não estavam aprovados em Reunião de Câmara Municipal. Embora, eu entenda que, a melhor prática será, e não tenho rigorosamente dúvida nenhuma sobre isto, e não estou a falar até na questão de jurista, mas da questão de Membro da Assembleia Municipal. A razão que está na base disto é que, só podem ser submetidos ao rastreio da Assembleia Municipal, depois da deliberação da Câmara Municipal. Eu, se fosse Vereador, ficaria muito incomodado quando visse uma proposta destas, que é uma proposta de aprovação de contas, ir à Assembleia Municipal, toda a documentação de prestação de contas sem estar previamente aprovado em Reunião de Câmara. Eu sei que o Regimento diz que é preciso 8 dias de antecedência. Eu acho, Senhor Presidente, que, independentemente de tudo, nós devemos tomar por boa a prática que é primeiro aprovação em Reunião de Câmara e seguidamente, então, o Senhor Presidente depois de receber a aprovação da Reunião de Câmara convoca a Assembleia com antecedência legal. Eu sinceramente não vi, e fiz um trabalho árduo, não li a prestação de contas, antes de ser aprovada. Quando é que ela foi aprovada? Ontem, de manhã. Nós temos aqui,*

*e o Senhor Presidente é o baluarte, da defesa da legalidade democrática e do Regimento, como disse bem. E, é um apelo que lhe faço Senhor Presidente, para que todas as deliberações, há deliberações não tão importantes como outras, tenho de reconhecer, e às vezes a facilidade com que nós tratamos as situações não é a mesma. Um documento de prestação de contas, nós temos de ter o documento para estudo, depois de ele ser devidamente aprovado, porque nem sabemos se o mesmo é aprovado na íntegra, pode eventualmente ser alterado em Reunião de Câmara, depois tínhamos um problema. É este “conselho”, esta interpelação que lhe faço, no sentido que, quando receber alguma coisa, para propor à Assembleia Municipal garanta que, o mesmo está aprovado em Reunião de Câmara. Aliás, o próprio documento de prestação de contas disse que, depois de ser aprovado em Reunião de Câmara, submeta-se à Assembleia Municipal. Nós recebemos uns documentos, sem estarem aprovados pela Reunião de Câmara. Tenho dito, Senhor Presidente. ==*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Tem dito? Senhor deputado Fernando Pais Ferreira, mas eu não me revejo nessa sua interpelação por muito legal que seja, porque tínhamos duas opções: ou não mandar em tempo útil a documentação para os Membros da Assembleia, ou mandar atempadamente com a ressalva de que este ponto carece ainda de aprovação garantida pelo Executivo, antes da realização da Assembleia. Em iguais circunstâncias, vamos continuar o mesmo procedimento. Estamos a trabalhar de boa-fé, e é de boa-fé que vamos continuar a trabalhar. As bancadas precisam de tempo para se preparar. Agora, ainda nos propõem mais tempo, 10 dias? Não me parece possível. Peço desculpa, não vou alimentar esta discussão. Não me sinto confortável em enviar documentos com 2 dias de antecedência, mesmo que aprovados, de acordo com o Regimento. Eu vou continuar o mesmo procedimento, pois tenho a certeza que é o melhor para as bancadas terem o maior tempo possível, mesmo que os documentos sejam enviados, como foram, com a ressalva “documento ainda a aguardar a aprovação pela Câmara Municipal”. No entanto, se recebermos, por escrito, uma reclamação da bancada do PSD a dizer que só querem receber documentos para preparação após respetiva aprovação pela Câmara Municipal, teremos isso em boa conta. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====*

*===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

*===== **Ponto um:** - **Aprovação da Ata nº 08 - Sessão da Assembleia Municipal de 27-02-2023 - Aprovação;** =====*

*===== Presente para aprovação a ata n.º 08 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de fevereiro de 2023. =====*

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 08 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de fevereiro de 2023, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **Ponto dois: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, é isso mesmo que acabou de ler, vou só acrescentar que, essa é uma informação intercalar, até 17 de abril de 2023, e evidencia os diferentes níveis de execução, em termos de receita e despesa, e também naturalmente, em termos das opções do Plano Plurianual de Investimento. E, portanto, conforme dizemos nas Assembleias, somos obrigados a dar esta informação intercalar, para dar cumprimento ao disposto na alínea c) do artigo 25º, anexo I, da Lei 75 de 2013. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto três: - Certificação Legal das Contas do Município - Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras - Conhecimento;** =====

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Isto é a certificação legal das contas do Município, é o relatório que o Senhor Revisor Oficial de Contas nos envia, sobre a auditoria que fez às demonstrações financeiras. Aquilo que podem observar é que, ele faz duas chamadas de atenção. Não há reservas especialmente relevantes, mas há duas reservas, uma delas recorrente, que tem a ver com a verba que é considerada, para efeitos de provisão para processos judiciais. Nós, historicamente não tínhamos nenhuma provisão para processos judiciais, de há uns anos a esta parte, incluímos uma verba de 1 milhão de euros. E, o Senhor Revisor Oficial de Contas, apesar das explicações que lhe são dadas, e de lhe dizermos que esse valor é determinado pelo valor médio, que é pago nos últimos anos, para indemnizações resultantes de condenações judiciais, coloca sempre esta questão. Evidentemente, dado o volume de processos judiciais, que a câmara municipal tem, de 1 milhão de euros, alguns deles são 2 vezes ou 2,5 vezes este valor, e, portanto, não cobrirão esse valor. Este 1 milhão de euros tem chegado e esperamos que continue a chegar, e que não seja até necessário. Uma outra reserva tem a ver com o detalhe dos ativos da “E- Redes”, e esse problema tem o Município de Oliveira de Azeméis, como têm todos os outros Municípios. Não temos informação densificada, sobre aquilo que são os ativos que temos na nossa rede, temos um valor global para o imobilizado, mas depois a densificação e é esse detalhe que ele diz, que devia ser dado, mas o que é um facto é que a E-Redes não o tem dado. Aquilo que nós podemos perceber é que, o relatório conclui que não existem incorreções materiais e que a informação é absolutamente, coerente e cumpre a lei, e esse é o resultado do trabalho feito pelo Senhor Revisor Oficial de Contas.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento.* =====

===== **Ponto quatro: - Prestação de Contas do Exercício 2022 (I/26987/2023) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Conforme estipulado na alínea i) do artigo n.º 33, e alínea l) do artigo n.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Submete-se à aprovação os documentos de prestação de contas do exercício 2022, e posterior apreciação da Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente, como é a nossa obrigação, apresentamos aos Senhores Deputados Municipais e naturalmente, aos Oliveirenses, a prestação de contas referente ao exercício orçamental de 2022. Não vos estarei a dar nenhuma novidade, se vos disser que, o ano de 2022 foi muito difícil para todos os portugueses e naturalmente que, apesar de podermos rejubilar com a ausência da Covid-19 nas nossas vidas. Vivemos infelizmente, uma guerra, no coração do continente europeu que provocou uma crise energética na Europa, que se traduziu num aumento substancial dos custos energéticos; do gás; dos combustíveis; da energia elétrica, e numa inflação galopante, que levou a um aumento muito significativo, muito expressivo dos preços. Como sabem, a resposta que foi dada a esta espiral inflacionista, foi o aumento das taxas de juro de referência, as famílias passaram a ser duplamente penalizadas, e mais ainda, aquelas que têm crédito à habitação, que viram as taxas de juro a aumentar, e ao mesmo tempo foram confrontadas com o aumento do custo de vida. As empresas passaram também por um período terrível, durante os dois anos de pandemia, e agora estão mais sufocadas ainda financeiramente, com o aumento das matérias-primas e do custo do financiamento, do dinheiro que precisam para desempenhar a sua atividade. Naturalmente também, que as Autarquias sofreram o forte impacto, do aumento dos custos energéticos, do aumento das taxas de juro, e também embora às vezes as pessoas não tenham esta perceção, sentimos de forma muito expressiva, o aumento das matérias-primas e dos bens alimentares, seja de uma forma direta, seja de uma forma indireta, através de uma revisão de preços nas empreitadas públicas que temos em curso. Em suma, isto para vos dizer que estamos todos a sentir naturalmente, uns mais do que outros, os impactos da conjugação de múltiplos contextos e fatores adversos. É precisamente, nestes momentos de profunda crise, que nós percebemos a importância e a relevância, do caminho que vimos seguindo na gestão da Câmara Municipal, no sentido de sermos uma Câmara com boas práticas e com boas contas. Hoje mais do que nunca, julgo que é importante sublinhar que, só uma gestão pública competente, assente no rigor da gestão dos recursos, estará preparada para ultrapassar todas as dificuldades que somos confrontados. É efetivamente, este o caminho que vimos percorrendo nos últimos anos, dando passos firmes e seguros, que nos permitem encarar o presente com muita ambição, e olhar para o futuro com grande confiança e esperança, mas também com um otimismo que sempre balizamos, com muita responsabilidade e total realismo, que é absolutamente fundamental na gestão da coisa pública. Hoje, todos nós entendemos facilmente, a importância de termos criado condições, para no momento certo aliviarmos, a carga fiscal sobre os Oliveirenses. Estou a referir-me, à redução do IMI para o valor mais baixo da nossa história, criando assim uma almofada financeira para as famílias. Eu quero sublinhar, que esta consolidação financeira que vem sendo levada a cabo, nas contas da Câmara Municipal, foi feita sem comprometer, aliás eu diria mesmo, muito pelo contrário foi reforçando substancialmente os investimentos, seja na Educação, seja na Cultura, seja nos próprios apoios às Juntas de Freguesia. Como sabem, estão aqui os Senhores Presidentes que testemunham, que cresceram mais de 30%, nos últimos 5 anos. Estamos a falar de mais de 300 mil euros por ano, que são transferidos para as nossas Juntas de Freguesia, mas também com particular preocupação, no apoio social e, no apoio ao nosso*



*movimento associativo. Hoje mais do que nunca também, os Oliveirenses compreendem, a importância da sustentabilidade financeira da Autarquia, para que seja possível, ao mesmo tempo que, ajudamos as pessoas e as instituições, continuarmos a promover os investimentos estruturantes e os investimentos transformadores, que permitam a modernização e o desenvolvimento do nosso território, e a melhoria da nossa qualidade de vida. Hoje mais do que nunca, isso é que é realmente importante, isso é que é absolutamente relevante, podermos continuar a colocar as nossas pessoas, no centro das nossas políticas e das nossas decisões, ajudando os mais carenciados e os mais desprotegidos, que são os que sentem, de forma mais dura e mais imediata, os efeitos dramáticos das crises. Estamos a trabalhar com muita dedicação, para transformar Oliveira de Azeméis, numa terra de oportunidades para todos, uma grande casa onde todos temos orgulho em viver, unidos e solidários como deve ser uma verdadeira comunidade, trabalhando em conjunto para preservar e honrar o nosso passado, a nossa história e, a memória dos nossos antepassados. Estamos todos empenhadamente comprometidos, em construir o melhor concelho do país, para todos nós e, para os nossos filhos e netos. E, como bem sabemos, isso não é possível sem termos, no nosso concelho instituições fortes. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é hoje, uma instituição respeitada e credível, um exemplo para o país de boas práticas e boas contas. Somos uma grande referência nacional e internacional, em termos de progresso e desenvolvimento, isto deve-se muito ao nosso tecido económico, à nossa sociedade civil. E, queria sublinhar, são os resultados que foram alcançados pelos Oliveirenses, por uma rede de parceiros que nos mais variados domínios nos ajudam diariamente, com o seu extraordinário trabalho a construir este concelho. Quero deixar aqui, de forma muito clara, que este relatório de contas de 2022, não expressa apenas o trabalho da Câmara Municipal, mas sim o trabalho esforçado e competente, de todos nós, e de todos os Oliveirenses. E é a todos, os que conosco participam neste processo de construção, aquilo que nós chamamos os nossos parceiros; são as Juntas de Freguesia; são as IPSS'S, são as Associações; as Instituições; são os empresários; os trabalhadores, de certa forma, os parceiros públicos e privados, a sociedade civil, que devemos o nosso reconhecido muito obrigado, por tudo o que fazem pelo progresso e desenvolvimento, deste vasto território e pela excelência das respostas, que asseguram a todos que nele habitam. Queria deixar também, um agradecimento muito especial aos trabalhadores da Autarquia, porque também é deles em grande medida, o sucesso do nosso trabalho e naturalmente, o sucesso dos números que este relatório de contas vos transmite. Aos Oliveirenses, um último e significativo agradecimento, pela confiança que em nós deposita, e naturalmente no nosso trabalho. É com assumida honra, sentido de humildade e profunda gratidão, que os servimos com toda a energia e dedicação. Este é o caminho que, juntos vamos continuar a trilhar, o mesmo caminho de trabalho e sacrifício, que foi percorrido pelos nossos antepassados e que, nos trouxe até esta casa comum, que é este grande concelho de Oliveira de Azeméis, a que todos nos orgulhamos de pertencer. Antes de passar à análise mais técnica do relatório de gestão, e porque este não aborda apenas, a vertente económico-financeira, queria partilhar convosco alguns dados; números; indicadores, que considero importantes e são referidos neste relatório, mas*

*muitas vezes não os destacamos e não merecem por isso, muitas vezes a atenção e reflexão que se exige. Dar nota que, entre os 308 Municípios com maior equilíbrio financeiro em 2021 e segundo, o rigoroso e insuspeito Anuário dos Municípios Portugueses, o nosso Município ocupava a 6ª posição, e o 4º lugar entre os Municípios de média dimensão. Éramos o 6º Município do país com maior equilíbrio financeiro, e éramos o 4º dos Municípios de média dimensão. No que se refere aos Municípios, com maiores resultados económicos líquidos em 2021, este Anuário posiciona Oliveira de Azeméis no 13º lugar. Importa também sublinhar, uma outra dimensão que tem a ver com os Municípios que, tiveram uma redução das taxas de IMI, e que apresentaram uma diminuição do montante cobrado em 2021. O Município de Oliveira de Azeméis ocupa a 4ª posição nacional, com uma redução do montante cobrado, de menos 13.1% e também tem, em termos da maior diminuição da coleta de IMI em 2021 naturalmente, face a 2020 a 6ª posição, com uma diminuição da coleta de 943 mil euros. Um outro indicador importante, são os recursos da Autarquia, o motor da Autarquia. A Câmara Municipal tem neste momento, 845 colaboradores, tem mais 32 colaboradores que em 2021. Destes 845 colaboradores temos 406 colaboradores nas escolas, tínhamos 371 em 2021, ou seja, temos quase 50% dos recursos humanos da Autarquia, afetos a uma área estratégica para este Município, e para o país que é a Educação. Durante o ano de 2022, assistimos à entrada de 91 novos colaboradores, e à saída de 59 sendo que, destes 91 colaboradores que entraram, 78 foram para a área da Educação. Eu forneço estes números, para vos dar a indicação do esforço que está a ser feito, para dotar a Autarquia, dos recursos humanos que necessita para servir naturalmente, com mais qualidade os Oliveirenses, e para lhes prestar melhores serviços públicos. Um outro aspeto que considero importante, é referir que mais de metade dos trabalhadores da autarquia, 465 para sermos mais rigorosos e exatos, têm mais de 50 anos. A média de idades na Câmara Municipal neste momento, anda nos 50.35 anos. Uma nota que, deve constituir orgulho para todos, é que a média de antiguidade é de, cerca de 18 anos, o que quer dizer que, temos na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis felizmente, muitos trabalhadores com muitos anos de casa elegeram a Câmara Municipal, como o seu local privilegiado de trabalho, e onde desenvolvem a sua atividade profissional. E, temos mesmo 555 trabalhadores, com mais de 15 anos de casa, o que um orgulho para toda a organização Câmara Municipal. Um aspeto que convém realçar, em termos de recursos humanos foi a melhoria do absentismo, que foi cerca de 10% em 2021 e reduziu para 7,9% em 2022, mas mesmo com esta evolução muito positiva, que eu quero aqui assinalar. A taxa atual de absentismo representa em média, cerca de 15 dias, por ano, por trabalhador de faltas ao serviço, ou seja, dos 845 trabalhadores da Câmara, temos em média por trabalhador 15 dias de faltas. Este é um número muito expressivo, e mesmo assim este número, deixem-me dar nota, reduziu 7 dias, em relação a 2021, porque tínhamos em média 22 dias de faltas por ano. Um outro dado importante é um dado do Índice de Transparência Municipal da Dyntra, Oliveira de Azeméis fica na 27ª posição a nível nacional e entre as 50 cidades do país ocupa a 17ª posição. Dar-vos também algumas informações, sobre a execução do Plano de Candidaturas a Fundos Comunitários: dos 35 avisos que tiveram prazos para a apresentação de candidaturas a terminar em 2022, o Município de*

*Oliveira de Azeméis foi a 19 avisos. Há avisos que não tínhamos possibilidade de ir. E nesses 19 avisos, nós apresentámos 36 candidaturas: dessas 36 candidaturas, foram aprovadas 19, foram reprovadas 2, e estão em fase de apreciação a aguardar decisão 15. Dar também um número no âmbito do Portugal 2020: o Município de Oliveira de Azeméis conseguiu a aprovação de 40 candidaturas, que corresponderam a cerca de 34 milhões de euros mais ou menos de investimento, com 22 milhões de euros, 22,02 milhões de euros, de apoio de fundos comunitários. Dar também uma nota, sobre a recolha de resíduos sólidos urbanos, é um problema gravíssimo para o país. Estima-se que, em 2025 os aterros sanitários, estejam completamente tomados, o país vai ter enormes dificuldades em resolver este problema. Nós neste momento, em Oliveira de Azeméis, em 2022 recolhemos 23.819 toneladas, diminuímos 1.7% em relação à recolha de 2021, cerca de 410 toneladas, que nós recolhemos a menos. Portanto, houve uma evolução positiva como é evidente, na produção do lixo, mas temos de ser muito mais pró-ativos, e estamos a fazê-lo através de uma campanha de bio resíduos, mas temos de ser efetivamente, muito mais pró-ativos na recolha seletiva. Dar também uma nota, sobre o número de monos, ou objetos domésticos volumosos que são recolhidos por ano, são 3.610 objetos volumosos. Estamos a falar de, cerca de 300 objetos por mês, ou 10 por dia, é um número muito expressivo. A Câmara tem um Serviço de Recolha de Monos, aqui faço um apelo aos Oliveirenses, para que não ponham colchões e mobiliário, nos contentores da rua, mas sim que recorram a este serviço, porque para além de estarem sujeitos a multa, prejudicam naturalmente o ambiente. Queria dar uma nota, em relação à atividade de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, é uma atividade deficitária. Em 2022, os custos com a atividade de recolha e tratamento, tiveram um défice de 306 mil euros, que foi suportado pelo Orçamento Municipal. Dar também nota de dois números, os Oliveirenses investem por ano, na recolha e tratamento de RSU'S, cerca de 2.08 milhões de euros, em 2021 foram 2.05 milhões de euros. O Relatório de Gestão tem um dado muito positivo, que quero partilhar convosco, que é a questão da redução do consumo elétrico, embora estas coisas sejam muito difíceis de levar à letra, porque dependem das condições climáticas, que o país atravessa., mas houve uma redução objetiva, quer nos equipamentos municipais, quer na iluminação pública. Os gastos anuais com a eletricidade, nos equipamentos e nos edifícios públicos de maior consumo, foram de 357, 358 mil euros. Na iluminação pública, gastámos cerca de meio milhão de euros. Nós continuamos a promover, campanhas regulares de sensibilização, para a poupança de energia elétrica e para a poupança da água. Estamos também neste momento conjuntamente, com o nosso parceiro "E-Redes", a promover a substituição de 1600 luminárias, para a tecnologia "led". Outro dado positivo, isto é uma viagem transversal, é o número de praticantes, atletas, que nós temos no nosso concelho, nas diferentes modalidades. Este número de atletas aumentou, temos neste momento 2065 atletas, mais 97 que em 2021. Dou este número apenas, para dizer que as atividades desportivas estão a voltar à normalidade, depois da pandemia. Saudar o aparecimento, de mais duas modalidades federadas no nosso concelho, que é o "kickboxing" e o "padel". Dar nota também que, em termos de investimentos na rede viária foi feito em 2022, um investimento de 2.2 milhões de euros, sendo que desse investimento cerca de 2 milhões de euros, foi por*

*empreitada, e a diferença de 189, 190 mil euros, por Administração Direta, ou seja pelos serviços da Autarquia. Dar também um outro número que é importante, em 2022 lançámos 23 empreitadas, tendo sido adjudicadas 15 empreitadas, e tivemos também em 2022, a adjudicação de 5 empreitadas, que tinham sido lançadas em 2021. O valor global das adjudicações que fizemos em 2022 foi de 16.06 milhões de euros, das 8 restantes 6 ficaram desertas. Estamos a falar praticamente de 25% das empreitadas que ficaram desertas, e duas destas empreitadas que foram lançadas em 2022, foram adjudicadas no primeiro trimestre de 2023. Dar também uma nota, sobre alguns números muito simples, para depois passar aos números mais técnicos do Relatório de Contas. No ano de 2022 foram feitos 2.800 atendimentos sociais, que se traduziram em 955 apoios, no valor de cerca de 470 mil euros. Apoios que chegaram a mais 2500 munícipes, ou seja, um reforço substancial no apoio às famílias, já que em 2021 tínhamos atribuído 889 apoios sociais, que abrangiam 2261 munícipes, à volta de 76 mil euros. Em termos da atividade em equipamentos municipais, é importante referir dois números para perceber, não só as dinâmicas existentes, mas também, a recuperação da normalidade nas atividades municipais. Tivemos 585 atividades realizadas na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, contra 479 em 2021; 363 atividades no Centro Lúdico, contra 173 em 2021; ou seja, há uma evolução muito positiva e significativa, sobre as atividades nos equipamentos municipais, que é do agrado e regozijo de todos. Dadas estas informações mais genéricas, mas importantes para a nossa caracterização, vamos analisar de forma resumida obviamente, os principais indicadores da performance económica e financeira, das contas de 2022, do Município de Oliveira de Azeméis. Nós prevíamos, um défice económico-financeiro para 2022, inferior a 17.05 milhões de euros. A execução económico-financeira, do ano de 2022 gerou o superavit de mais de 7 milhões de euros, pelo que superámos em mais de 24 milhões de euros, o valor do objetivo, ou seja, o objetivo foi cumprido. Nós prevíamos uma dívida total, a 31 de dezembro de 2022 inferior a 8. 85 milhões de euros. A dívida no final de 2022 foi, em números redondos 7 milhões de euros, o que quer dizer que, o objetivo foi cumprido. Dar nota que, a dívida municipal de 2017 para 2022, desceu 11 milhões de euros. O endividamento com empréstimos bancários, de médio- longo prazo desceu, de 12 milhões e 50 de euros em 2017, para pouco mais de 35 mil euros, em 2022. O endividamento líquido municipal passou de mais 8 milhões de euros em 2017, para menos 44.01 milhões de euros em 2022, o que significa que, este indicador evoluiu positivamente, cerca de 52 milhões de euros, desde 2017 para 2022. Nós prevíamos, um volume de investimento em imobilizado, no final de 2022, com capitais próprios, maior ou igual de 20.07 milhões de euros. Nós tivemos um volume de investimento, em imobilizado de 13.06 milhões de euros, foi superior em cerca de 3.08 milhões de euros, ao volume de investimentos, do ano anterior. O volume de investimentos em imobilizado, com capitais próprios foi de 7 milhões de euros, ou seja, ficou muito aquém, daquilo que nós nos propúnhamos fazer, cerca de 12 milhões de euros aquém. Este objetivo que tínhamos delineado, um objetivo macroeconómico não foi cumprido. Dar-vos também nota que, apresentamos um resultado líquido positivo de 12.08 milhões de euros, tivemos um aumento, cerca de 34.07%, em relação de 2021. Estamos a falar, em números redondos de 3.03 milhões de euros de acréscimo*

*de resultado. Como sabem, o resultado líquido em 2021, foi de 9.5 milhões de euros. A redução anual da dívida foi de 826 mil euros, conforme já referi, a dívida passou de 7.09 milhões de euros para, cerca de 7 milhões de euros. Tivemos uma diminuição da dívida de empréstimos, que desceu 388 mil euros. A dívida a fornecedores, de investimento desceu 755 mil euros, e tivemos um aumento da dívida a outros credores, cerca de 326 mil euros. Eu queria deixar-vos uma nota, que já deixei na Reunião da Câmara Municipal, que é uma nota que muito dificilmente, nós teremos números de dívida muito diferentes destes, ou seja, nós com este tipo de valores, podemos considerar que a Câmara Municipal não tem dívida. Porquê? Porque há uma componente fortíssima da dívida que, resulta de externalidades, resulta de fatores que a Câmara Municipal não controla, como por exemplo as cauções, que são obrigatórias por lei para as empreitadas, e que constituem efetivamente, um débito da autarquia. Estamos a falar em cerca de 1.8 milhões de euros, ou se quiserem por exemplo, os subsídios que a Câmara Municipal atribuiu, durante o ano de 2022, e que não foram pagos, porque não estavam reunidas as condições, não estavam concretizadas as condições para o seu pagamento, estamos a falar aqui de, 1.4 milhões de euros. Só nestas duas dimensões, nós estamos a falar de metade do valor desta dívida, de 7 milhões de euros que é referida. Dar aqui nota também que, conforme eu já disse, a redução da dívida de 2017 para 2022 teve uma evolução positiva, de menos 11.15 milhões de euros o que significa que, a dívida reduziu em mais de 60%. O prazo médio de pagamento, no exercício de 2022 foi de 19 dias, diminuiu 20 dias, face a 2021, logo o prazo médio de pagamento, em 2021 era de 39 dias. Este é naturalmente, o menor prazo de pagamento de sempre, o que significa na prática que, as condições neste momento, de pagamento da Câmara Municipal são consideradas condições de pronto pagamento. As instruções que os serviços têm são essas, e a Câmara Municipal tenta que elas sejam cumpridas, mas naturalmente, há condições de pagamento diferidas, há compra de imóveis que são pagos, de forma diferida no tempo, e tudo isso tem reflexão no prazo médio de pagamento, mas há aqui realmente uma evolução muito significativa. O volume de investimento anual, em termos patrimoniais quantificou-se em 14 milhões de euros, registou um aumento de 35% relativamente, ao ano de 2021, como sabem foi 10.4 milhões de euros. Este valor de investimento passa para 14.05 milhões de euros, se nós considerarmos as transferências de capital e os apoios, que nós demos às Juntas de Freguesia e a outras entidades. Sublinhar também um outro dado importante, que se prende precisamente, com esta execução de investimento que não nos deixa satisfeitos, mas que é realmente, uma evolução muito positiva. Nós temos uma evolução onde, de 2017 para 2022, o investimento municipal aumentou 500%, passou de 2.8 milhões de euros para mais de 14 milhões de euros. Estamos satisfeitos com isso, com certeza que não, mas é bom registar esta evolução muito positiva e exponencial. Em termos da análise patrimonial, vocês vão ouvir aqui falar, de números diferentes para a mesma coisa porque, quando estamos a falar de uma análise patrimonial, os números são uns, quando estamos a falar de uma análise orçamental, refere-se ao exercício em concreto, e os números são outros. Dar-vos aqui, em termos de análise patrimonial, avaliar a situação económica e a análise da execução, e da evolução dos gastos e, também dos rendimentos naturalmente, do investimento municipal e, dos resultados que*

nós tivemos no exercício. O resultado líquido conforme vos disse, foi positivo e foi no valor de 12.08 milhões de euros. A diminuição do passivo corrente e, o aumento do património líquido do ativo corrente, contribuíram muito significativamente, para a evolução favorável dos indicadores macroeconómicos particularmente, os indicadores de liquidez e rentabilidade do Município. Os gastos no exercício foram 34.02 milhões de euros, e registaram uma diminuição de 1.2%, cerca de 406 mil euros resultando em grande parte, das diminuições das rubricas de outros gastos, que diminuíram 722 mil euros. Das transferências e subsídios concedidos pela Câmara Municipal, que diminuíram 629 mil euros, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, que diminuíram 235 mil euros. Os principais aumentos, face a 2021, verificam-se naturalmente, nas rubricas referentes aos gastos com pessoal, onde tivemos mais 676 mil euros de massa salarial, e os fornecimentos e serviços externos, que cresceram cerca de 495 mil euros, em relação a 2021. As rubricas mais representativas, são as que são referentes ao pessoal, em termos dos gastos, representam 42.04%. Os fornecimentos e serviços externos, representam 23.08%, e os eventos de depreciação e amortização 15.04%. Já referi que, tivemos um aumento de 676 mil euros, com a massa salarial, estamos a falar de um aumento, de cerca de 5%, 4.09%, e resulta naturalmente, da evolução salarial, mas resulta também do aumento, do número de trabalhadores, porque conforme já referi, tivemos mais 34 trabalhadores ao serviço. No final de 2022, o número de trabalhadores ao serviço, uma coisa são o número de trabalhadores da Câmara Municipal, outra coisa são o número de trabalhadores ao serviço, tínhamos 793 trabalhadores. Os rendimentos do exercício de 2022, atingiram o volume de, 47 milhões de euros, as rubricas mais representativas naturalmente, são as transferências dos subsídios correntes obtidos 47.07%. As receitas provenientes dos impostos, das contribuições e das taxas têm aqui uma carga, uma expressão de cerca de 30%, e as prestações de serviços e concessões, energias, representam cerca de 10%. No exercício de 2022, os rendimentos registaram um aumento de 6.5%, cerca de 2.09 milhões, face ao exercício de 2021. Vou dar-vos de forma muito rápida, as rubricas mais relevantes, para que fiquem com esses números. Os impostos, as contribuições, as taxas, representam cerca de 14.02 milhões de euros, tiveram uma variação de mais de 58 mil euros, ou seja, um crescimento de 1.08%. As transferências e subsídios correntes obtidos, valem 22.04 milhões de euros, tiveram um crescimento de 9.03%, estamos a falar de mais 1.09 milhões de euros. A prestação de serviços e concessões, que têm um peso de 4.6 milhões de euros, teve uma variação positiva de 673 mil euros, ou seja, cresceu mais 16.08%. Em sentido inverso tivemos outros rendimentos, que valem 4.02 milhões de euros, que tiveram uma variação negativa de menos 70 mil euros, ou seja, decresceram 1.06%. Conforme já disse, o volume de investimento, no ano de 2022, totalizou 14 milhões de euros, e registou um aumento anual de 34.09%, mais 3.06 milhões de euros. Mais à frente, vão ouvir um valor semelhante, mas com peso diferente. Já referi aqui que, com as transferências para as Juntas de Freguesia, nós estamos a falar de 14.05 milhões de euros e também, para as outras entidades. Em termos da dívida, conforme aqui foi referido, a dívida do Município desceu cerca de 10.50%, os tais 7 milhões de euros. A dívida total municipal, calculada nos termos da Lei 73 de 2013, para efeitos de limite legal, esta dívida quantificou-se em pouco mais de 3.06 milhões de

euros, estando muito abaixo do limite legal, que é de 57 milhões de euros. Nós tivemos uma diminuição anual de 1.07 milhões de euros, na dívida calculada, nos termos da Lei 73 de 2013, e, portanto, o Município dispunha, de uma margem de aumento da sua dívida, de cerca de 10.03 milhões de euros. Conforme disse, o prazo médio de pagamento totalizou 19 dias, portanto não há praticamente, dívida vencida e cumpre claramente, o limite de 180 dias, que está previsto, no Decreto-Lei 38 de 2008. Estas eram as informações, que eu tinha para vos dar, sob o ponto de vista patrimonial. Sob o ponto de vista orçamental, e aqui estamos a fazer uma análise, da receita e da despesa, e também a relevar a execução orçamental. E dizer-vos que, em termos de execução orçamental da receita, ela foi de 93%, e a execução orçamental da despesa foi de 52 %, da dotação prevista. Em 2022, a receita cobrada líquida, registou uma taxa de execução de 92.06%, e o volume da despesa paga de 52.02%. Na componente da receita arrecadámos, 49 milhões de euros, e, portanto, as transferências correntes já referidas, as transferências de capital, os impostos diretos, a venda de bens e serviços, são a grande componente da receita, representam 47.04 milhões de euros, ou seja, quase 96% do volume total, da receita arrecadada pelo Município de Oliveira de Azeméis. E, registaram no seu conjunto, um aumento anual de cerca de 3.09 milhões de euros, mais 9%. As vendas de bens e serviços correntes, que traduzem ao fim e ao cabo, aquilo que é a atividade relacionada com a gestão municipal, representaram 9.4% das receitas totais do ano de 2022, e tiveram um aumento anual de 9.5%, cerca de 400 mil euros, em relação ao ano de 2021. Os impostos diretos totalizaram 14.03 milhões de euros, tiveram um aumento anual de 1.98 milhões de euros. Os aumentos, face ao ano anterior, provieram sobretudo da derrama 1.39 milhões de euros, o chamado IMT - Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que cresceu 380 mil euros. O IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis também, mais 109 mil euros, e o Imposto Único de Circulação, com a crescimento muito parecido, ao de IMI de 104 mil euros. As despesas do Município de 2022, ascenderam 42.08 milhões de euros, e mais uma vez, na componente da análise orçamental, as maiores rubricas da despesa não mudam, continuam a ser as despesas com o pessoal, desta vez o peso é de 33.09%, e não de 45.02%, conforme vimos na análise patrimonial. As aquisições de bens de capital, que são aquelas que nos permitem promover investimento 32.07%, a aquisição de bens e serviços 20.01% e as transferências correntes 7.03%. A despesa total do Município, registou um aumento de 5.06 milhões de euros, aumentos que tiveram naturalmente, sob pesaram na despesa corrente e, na despesa de capital felizmente, para nós tivemos 1.9 milhões de euros, de aumento na despesa corrente, e 3.06 milhões de euros na despesa de capital. Esta é a boa despesa, é a despesa que permite promover investimentos. Os principais investimentos ocorreram, na aquisição de bens de capital 31.01%, 3.03 milhões de euros; na aquisição de bens e serviços, mais 11.50%, 889 mil euros; despesas com pessoal mais 4.01%, 569 mil euros, que é um valor diferente dos 676, que falámos há pouco. Nas transferências correntes, que são mais 10.09%, 306 mil euros, e nos passivos financeiros tivemos um aumento de 257 mil euros, mais 56.04%. Mais uma vez, na perspetiva orçamental, a execução orçamental da componente do Plano Plurianual de Investimentos, evidencia um aumento anual de 30.05%, ou seja, 3.02 milhões de euros, diferente

*dos 3.06 que, nós vimos na análise patrimonial, estamos a falar dos tais 14 milhões de euros. Como observações finais, eu queria que ficasse a nota de que, este Relatório de Contas acaba por refletir, a trajetória de consolidação das contas da Autarquia, que vem sendo seguida, desde que assumimos a responsabilidade governativa, dos destinos deste concelho. E, reflete também, o aumento substancial dos níveis de investimento municipal, nos atuais projetos mobilizadores, transformadores do território. Isto para nós é uma condição solene, sem comprometer o futuro das gerações vindouras, isto é absolutamente essencial. Naturalmente que, no escrutínio público, todas as opiniões são válidas e respeitáveis, mas julgo que não haverá qualquer dúvida, nem nenhum argumentário possível que questione o sucesso deste caminho, que vem sendo seguido neste domínio. Mais uma vez, nós não queremos isolar o mérito, não é o que pretendemos, este é um mérito de todos os Oliveirenses, de todos vós, é um mérito de todos nós, todos os que, com o seu trabalho constroem diariamente este concelho. Agradecer mais uma vez, a todos os que conosco, promovem o desenvolvimento do território, e agradecer também, o vosso compromisso com o presente e futuro de Oliveira de Azeméis. A todos, o meu reconhecido muito obrigado. ===*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais, Pinto Moreira, João Costa e António João. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Obrigado, Senhor Presidente. No ano passado exatamente, a propósito da discussão das contas, eu referi e interpelei a Mesa, no sentido de conceder a esta Assembleia, um prazo razoável, para que seja possível apreciar e exercer um poder legítimo, de fiscalização das contas. Quiçá, a mais importante deliberação anual, verdadeiramente estruturante, do edifício da nossa democracia. Senhor Presidente, volto a fazer o apelo igualmente, extensível ao Executivo Camarário, que era bom para todos nós, para nós fazermos uma análise correta das contas, que nos fosse disponibilizado os documentos mais cedo, sendo suficiente o cumprimento do prazo regimental. Eu sei que, às vezes não é fácil, também não queremos cair em erros anteriores, mas era importante nós podermos ter acesso, aos documentos mais cedo, para uma análise, mais profunda e conscienciosa. Tenho a certeza que, com mais tempo, todos nós ponderaremos mais devidamente, sobre os assuntos a tratar, e com isso elevaríamos o debate e a discussão democrática. Sobre as contas, já o dissemos é inegável, nós temos um saldo de gerência em 2022, de 35 milhões de euros; depois de 29 milhões em 2021; em 2020, 19 milhões, e em 2019 um saldo de 14 milhões. Primeira conclusão, que se pode tirar, é porque é que, de forma continuada em 2022, não foi o Executivo capaz de planear, executar e investir, de forma atempada, em bens ou equipamentos destinados a melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes. Com esta falta de iniciativa, vamos assistindo a uma perda de competitividade, da atividade no nosso concelho. Daqui podemos refletir, ao cabo de 5 anos de governação socialista, as opções políticas seguidas,*



*proporcionaram uma melhoria significativa, na qualidade de vida dos Oliveirenses? Pensamos que a resposta só pode ser negativa. O que temos desta governação socialista? As mesmas obras, os mesmos projetos, e sempre com um baixo nível de execução. Entre outras situações, destaco as seguintes: Parque Urbano que nos vai custar, mais de 6 milhões de euros, ficará situado na nossa opinião, num espaço desapropriado para o efeito, é questão de opção política. A Praça Maior, depois de vários contornos jurídicos e judiciais, afinal tornou-se num negócio imobiliário, em que os proprietários viram satisfeitas as suas pretensões sobrepondo-se, na nossa modesta opinião ao interesse público, implicando mesmo uma alteração do PDM, de forma a tornar possível a construção de habitações, num local que se destinava à edificação de espaços públicos. O Fórum Municipal, será apenas um espaço destinado a serviços camarários, perdendo-se a oportunidade urbanística, de promover o dinamismo de uma rua pedonal. Se queremos que, o nosso concelho tenha menos desigualdades e assimetrias relativamente, aos desenvolvimentos das Freguesias; investimentos melhores nos serviços públicos, mais Educação, mais Saúde, e melhor Justiça; mais qualidade de vida e melhor crescimento económico; mais inovação e competitividade, pensamos que a política seguida por este Executivo, não logra na sua totalidade, atingir tal desiderato. Certo que, a nossa prioridade, em termos de investimento seria centrada, no maior investimento efetivo; nas nossas escolas; na oferta habitacional sobretudo para jovens; maior investimento nas Freguesias, para atenuar as assimetrias, de desenvolvimento que hoje assistimos; investimento estruturado e duradouro, nas redes viárias, na educação, nas Zonas Industriais, na cultura igualmente, não menos importante, no desagravamento da carga fiscal. É evidente que, o esforço que o Executivo fez neste sentido, que entendemos classificar, de forma tímida e sem estratégia, para nós é insuficiente. É exíguo, e merece muito mais atenção e fundamentalmente, investimento sustentado. É certo que, a Câmara Municipal tem indicadores positivos, não há dúvida nenhuma, temos uma dívida controlada, endividamento controlado, embora tenha crescido, e bons saldos de gerência. No entanto, esta boa situação financeira tem que ser materializada, no investimento atempado, e estrategicamente adequado e, sobretudo dirigido às pessoas, ou seja, temos receita, mas o Município não consegue investir ano após ano e fundamentalmente, não investe na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isto na nossa modesta opinião. Assim sendo, o que exigir deste Executivo? Dotar o concelho de investimento público, que propicie um maior desenvolvimento económico, social e até cultural, permitindo a chamada atratividade. Não obstante, o esforço reconhecido da redução, do IMI para a taxa mínima, louvável na nossa opinião penso que, teríamos condições para irmos mais longe, no desagravamento da carga fiscal mormente, ao nível da derrama e do IRS, pois como é sabido assistimos, a uma perda do poder de compra das famílias. Este não é o desígnio do nosso executivo camarário, é um desígnio nacional. Todos nós sabemos que, a inflação cavalga até aos 7% e às vezes mais, e o poder de compra das famílias, tem decrescido substancialmente. Uma nota negativa, que apontamos para este número é que, com um saldo de gerência de 35 milhões, o Executivo Camarário apenas investiu, com o recurso a capitais próprios, cerca de 8.07 milhões de euros, que até vem na linha de investimentos realizados anteriores e que, sucessivamente temos vindo a chamar à atenção. Diga-se ainda, que*

*este Executivo tinha como objetivo, um investimento com capitais próprios, superior a 20 milhões de euros, tendo investido efetivamente, apenas 8.07 milhões de euros, com recurso a capitais próprios, cerca de 43%, do que estava previsto. O que falhou, Senhor Presidente, nesta previsão? Quando o seu discurso, assenta numa gestão rigorosa e eficiente. A receita global do Município aumentou, em cerca de 3.3 milhões de euros, mas mesmo assim, a taxa de execução do PPI quedou-se em 31.05%. E, vamos à execução do PPI, que é o que nos interessa, neste momento analisar. Em termos absolutos, o investimento no PPI, aumentou 3.4 milhões de euros, face a 2021. Há um ano, chamámos a atenção para o seguinte: Em arruamentos, conservações e manutenção da rede viária, em 2021 foram executados 4 milhões de euros, valor manifestamente, superior ao ano anterior. Na altura, dissemos que seria necessário, a continuidade nesse investimento. O que se verificou em 2022 foram executados, a este nível, cerca de 2.5 milhões de euros. Eu lembro-me que 2021, foi um ano de eleições. Para 2022, tínhamos um plano de execução ambicioso, 44.04 milhões de euros executado, apenas 14 milhões de euros. Sem dúvida, uma diferença assinalável, continuamos a ter uma taxa de execução de 31.05%, mais ou menos em linha, com a taxa de execução do ano de 2021. Apelando, a uma análise da taxa de execução do PPI de investimento de 31.05%, verificamos um aumento de 0.5, relativamente a 2021, mas um significativo decréscimo relativamente, ao ano de 2020 que foi de 42%. No PPI de 2020, na Educação, no global estavam previstos mais de 3.09 milhões de euros, e foi executado apenas 2.02 milhões de euros. Aqui, vão-me permitir não fazer referência à importância, de dotar o Parque Escolar, de condições dignas e adequadas para o efeito. Penso que, todos nós estamos de acordo, e vou falar seguidamente, num aspeto importante e, se calhar até estruturante por diversas razões, que são as Zonas Industriais, setor importantíssimo para o desenvolvimento económico. E aqui, permita-me dizer-lhe Senhor Presidente, o setor industrial apresenta no nosso concelho, que todos nós nos orgulhamos, uma forte pujança empresarial advinda mormente, da qualidade dos nossos empresários, e da competência e excelência dos nossos trabalhadores. Assim, somos de facto um concelho, com bons níveis de empregabilidade, o que é muito importante, no contexto social e na condição de vida das pessoas. Qual a resposta deste Executivo Camarário relativamente a esta realidade? Apenas, muitas promessas e discursos, considerando estratégico, o investimento nas nossas Zonas Industriais, mas a verdade é que, este discurso que dura há 5 anos, não tem tradução na prática, continuamos apenas com promessas. De facto, passou mais de um ano e meio, de que foi anunciado o concurso público, para as Zonas Industriais de Nogueira do Cravo, Pindelo e do Nordeste. O concurso ficou deserto, entretanto passou mais de um ano e meio, sem termos tido novidades. Consideramos essencial o investimento, nas infraestruturas industriais e no Parque Escolar, essencial para alcançarmos o grau de atratividade satisfatório, do nosso concelho. Parece que a política seguida por este concelho, e na minha modesta opinião, não faz jus ao slogan “Melhor Concelho para Viver, Trabalhar e Investir.” Tudo isto, não obstante, temos consciência que, 2021 foi ainda marcado, por uma situação pandémica, e o ano de 2022, com uma guerra absurda e sanguinária, com implicações graves para os Municípios, quer para as empresas. Obviamente, que esta situação implicava*

*privilegiar as pessoas e as empresas, até porque, tínhamos indicadores claros nesse sentido. O que se fez, na nossa opinião, foi muito pouco. A este nível entendemos que, a gestão do Município deixou muito a desejar, pese embora os bons índices financeiros do Município. Ainda continuamos a assistir, à ausência de medidas concretas de apoio, pelo menos as que as situações o exigiam, pensadas para as pessoas e para as empresas, para as nossas instituições que sustentam devidamente, a coesão social, a cultura, a economia e o emprego. Ao invés, assistimos a um aumento gigantesco, de uma frente de obra, que no nosso modesto investimento, não assume foros de prioritária. Entendemos que, as opções políticas, as prioridades e capacidade de gestão, deveriam ter sido dirigidas diretamente, para as pessoas e para as empresas. Todos nós já percebemos que vivemos numa conjuntura, a este nível, bastante positiva e que permitiu, que a prestação de contas relativamente, ao ano de 2022 apresentasse indicadores financeiros positivos, para o controlo da dívida. No tempo em que, nos debatemos com uma pandemia, e com uma guerra na Europa, que geraram a maior crise de saúde pública que há memória, com a conseqüente crise social e económica, a Câmara optou por guardar dinheiro, em vez de acorrer às necessidades urgentes. Ficaram por fazer as necessidades e urgentes intervenções nomeadamente, nas escolas e nas Zonas Industriais, como já referi. Mesmo nos projetos que, para o Executivo assumem importância vital, também estes revelaram uma inoperacionalidade a este nível. Efetivamente, há bons indicadores, nem tudo é mau, temos a consciência e a honestidade intelectual de ver isso, mas de facto há mais investimento para fazer, e a nossa política não seria esta. Desde sempre entendem e bem, os pensadores da ciência política e equidade fiscal, que os impostos devem ter na sua relação, entre quem cobra, o sujeito ativo e quem paga, o sujeito passivo, ser o espelho da verdadeira reciprocidade e equilíbrio, na forma como esses impostos são revertidos, em benefícios da comunidade, para as mais elementares necessidades dos cidadãos. Os impostos cobrados às famílias, aos munícipes e às empresas, devem refletir e ser cobrados, consoante a qualidade de vida do seu espaço envolvente, e tendencialmente, a melhorar as vias e acessos; os transportes; a salubridade; a segurança; a iluminação; espaços verdes; estacionamento; proximidade com os serviços, entre outros. Tudo para salvaguardar, a comodidade e a qualidade do meio em redor. Os Municípios e as empresas esperam assim, que a sua contribuição ao nível dos impostos, tenha o devido retorno na concretização, e na realização das suas necessidades. O que temos? Vejamos, impostos indiretos aumentaram mais de 2 milhões, de 1 milhão de euros face a 2021. As transferências correntes para o Município, aumentaram também 2 milhões de euros. Assim sendo, o investimento feito como correlato nesta receita, está muito longe de alcançar o equilíbrio, entre essa contribuição ao nível dos impostos, com o retorno que os Municípios esperam, num investimento em áreas que efetivamente, permitiriam melhorar a sua qualidade de vida. Aqui se incluem os apoios sociais concretos, face ao aumento do custo de vida e da inflação. Disse. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Pinto Moreira**, do CDS-PP. =====*

===== *Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Elementos da Mesa. Presidente da Câmara Municipal. Equipa de Vereadores. Nossos companheiros membros da Assembleia Municipal. Funcionários Municipais. Público presente. Comunicação social, aqui presente e quem nos ouve em casa. Nós estamos aqui neste fórum, em democracia, e aproveito o momento para saudar o 25 de abril, os 49 anos do 25 de abril. Eu que, sou testemunha em Ul, do meu pai ser visitado, em casa por uma delegação, para perguntar exatamente, se ele sabia em quem é que ia votar, como é que ia votar, e se tinha dúvidas em quem votar. A minha mãe não existia como cidadã, pura e simplesmente. Hoje, a realidade é completamente diferente, mas temos ainda muito que caminhar, muito que partilhar. Saúdo também, os 50 anos do partido socialista, o partido que foi constituído por grandes nomes, por grandes vultos, que deram o seu contributo à democracia portuguesa, umas vezes concordando, outras vezes não concordando, faz parte da vida. É um partido, que se pretende que seja extremamente forte. Quanto mais forte for o partido socialista, mais fortes serão os outros partidos naturalmente, e mais forte será a democracia, o país e todos nós. É assim que nós desejamos. Quanto ao que me traz aqui propriamente, não estou preocupado neste momento, em estar a avaliar as políticas do Partido Socialista, isso já foi feito aquando do Orçamento e do Plano. Estamos aqui simplesmente, para analisar o Relatório de Atividades, e a Prestação de Contas. O Relatório de Atividades, naquilo que foram as opções do Partido Socialista, muitas delas naturalmente, nas quais eu não acompanho, já o sabemos, mas foram eleitos democraticamente, e têm de executar o seu Plano e é por isso que estamos aqui. Quero apenas destacar três pontos, que para mim são importantes. Em grande parte, o Senhor Presidente, já me foi respondendo e também, já foi alinhando neste meu pensamento. Portanto, ressalto como positivo um investimento, em termos patrimoniais, o investimento para 14 milhões de euros. Passar de 7.05 em 2020, para 10.03 em 2021, e para 14 em 2022, digamos que, em termos relativos é positivo, houve um aumento de quase 1%, mas há sempre um, mas, nestas coisas. Nós neste momento, e anterior a 2020, a situação de agora, nós não estamos com um plano de saneamento financeiro, ou seja, não temos investimentos que chegaram, em determinadas alturas, a quase 5 milhões de euros de serviço, de dívida, amortização de dívida e encargos financeiros, não temos. Além disso, nós temos tido um aumento significativo, fruto da atividade económica, da pujança económica do concelho, das empresas e das famílias. O aumento sempre constante da arrecadação de impostos, quer diretos, quer indiretos. Portanto, conjugando estes dois fatores, eu diria que, por lógica este valor 14 milhões está muito aquém, daquilo que poderia ter sido feito, e daquilo que deveria ter sido feito. Vou analisar, mas fica esta reflexão para fazer, porque é que apenas tivemos 14 milhões de euros, e não mais, conjugado com estes dois fatores, que eu falei anteriormente. O segundo fator, ao nível do resultado líquido. A Câmara Municipal não é uma entidade, com fins lucrativos naturalmente, mas tem que gerar resultados positivos, prejuízo não pode ter, tem de ter resultado líquido, para ir consolidando as suas contas. Não quero com isto fazer qualquer demagogia, mas referir que, houve um aumento de 670 mil euros, com os recursos humanos, que é o mesmo valor que contrabalança, com uma diminuição de 630 mil euros, de gastos, transferências e subsídios. Não estou a fazer nenhuma demagogia, que o*

*aumento da despesa com ordenados, foi à custa da diferença. O relevante aqui é que, este aumento de 670, o Senhor Presidente já disse foi essencialmente, o aumento de 34 trabalhadores. E, portanto, 34 trabalhadores absorvem quase, estes 600 mil euros, o que significa que, em termos de atualização salarial, o vencimento dos nossos funcionários municipais, não acompanhou a inflação, que foi galopante. Isso é uma coisa que, não me deixa particularmente confortável. E também dizer que, estes 629 vêm antes do tempo, já deveria ter sido no ano anterior, porque nós sabemos exatamente os problemas complicados, que aqui fomos debatendo, com o arranque dos anos escolares, por falta de funcionários nas escolas. Mais vale tarde do que nunca, e ficamos a saber que, em 2022 esta crise nas escolas, este efeito negativo foi mitigado, e estamos numa situação melhor. Quanto às transferências de subsídios, num ano pós-pandemia, em que sabemos todos, as dificuldades, os confinamentos que tivemos, muita deterioração do espírito coletivo que houve, durante os meses de pandemia, seria normal por uma questão de lógica de que, este valor tivesse um incremento de transferências e subsídios. Depois o terceiro aspeto é a estabilização do valor da dívida municipal, em 7 milhões de euros, e isto é um aspeto que me apraz registar e, desde 2020 estabilizado em 7 milhões de euros. O Senhor Presidente diz que, foi uma redução relativamente a 2021, mas o que aconteceu foi que, em 2021 houve um aumento relativamente aos anos anteriores. A comparação pura e simples, de 2022 com 2021 acho que podíamos ir ao horizonte mais alargado, num horizonte temporal de 4 anos, e aí sim, já podemos ter e dizer com propriedade, de que temos a nossa dívida municipal controlada. E estes 7 milhões de euros naturalmente, que para o total de valor do Orçamento Municipal, é um valor extremamente baixo, e espero que se possa continuar assim neste exercício. Quanto à questão da execução da despesa dos 52%, não vou voltar a falar, já falei, estará nas atas anteriores, continuamos, ano após ano, numa marca de planear, e depois a execução da despesa, penso que no ano passado terá sido a melhor dos anos anteriores, mas foi 52%, o que é relativamente pouco. O Relatório de Contas e a Prestação de Contas merecem naturalmente, não poderei votar contra, votarei a favor, mas queria deixar estas ressalvas, que deixei à análise e à consideração. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

*===== Antes de mais, boa noite a todos. Permitam-me que, vos cumprimente a todos, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Prestar contas é um dever, de quem exerce funções públicas, em democracia. E por isso, sobre este ponto, da nossa Ordem de Trabalhos é também, um momento importante de reflexão, sobre as opções que tomamos, sobre o caminho que percorremos, enquanto comunidade, e sobre os resultados económico-financeiros que obtemos, sobre esta forma de gestão. A esta reflexão junta-se o escrutínio, pela concretização dos compromissos, e este é o principal pilar da democracia nomeadamente, a confiança nas entidades públicas e nos seus representantes. Pilar este que ganhou hoje mais importância, pela radicalização e descredibilização constante, no discurso, no espaço público, no país, mas também*

no concelho principalmente, após uma citação de Ramalho Eanes, um grande institucionalista. Em Oliveira de Azeméis, cumprir compromissos é algo levado muito a sério, como podemos escrutinar neste documento de Prestação de Contas, que reforça a importância do trabalho realizado, para obtermos estes relevantes indicadores económico-financeiros. O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, realizado pela Ordem dos Contabilistas certificados, apontam o concelho de Oliveira de Azeméis, como o 4º melhor do Municípios de média dimensão do país, e como o 2º melhor do distrito de Aveiro. E por isso, a consagração do Município, do ponto de vista financeiro está à vista de todos. Pedia aos Serviços Camarários, que pudessem partilhar o suporte informático, que o Partido Socialista tradicionalmente, traz nestas Assembleias, de prestação de contas. Começamos, pelo investimento municipal, onde é possível visualizar também, aquela que foi a média dos últimos 9 anos, que foi cerca de 6.7 milhões de euros. Esta média de investimento, dos últimos 9 anos só foi ultrapassada no ano de 2015, 2020, 2021, e agora 2022, totalizando um investimento na ordem dos 14 milhões de euros. O gráfico mostra não só, o maior investimento de sempre, como uma tendência crescente de investimento, que se realiza ao mesmo tempo que, se cumprem compromissos eleitorais assumidos com os Oliveirenses nomeadamente, a redução do IMI para a taxa mínima, e o aumento em mais de 30%, nas transferências correntes para as nossas Juntas de Freguesia, desde 2017. Indicadores estes que, não contribuem positivamente para este gráfico, antes pelo contrário, retiram receita ao Município, mas que são muito importantes para as pessoas precisamente, são as carteiras dos Oliveirenses e as Juntas de Freguesia, que beneficiam com este tipo de apoios. Não abdicamos deles. Do ponto de vista, do investimento municipal per capita, o Município agora investe, cerca 212.52 euros por ano, em cada Oliveirense. E para além, deste investimento ser mais do dobro, daquela que é a nossa média 102.08 cêntimos, é também 500% ou seja, cinco vezes maior do que, aquilo que acontecia no ano de 2017, quando o Partido Socialista assumiu funções executivas, na Câmara Municipal. A realidade dos números é indesmentível, e esta evolução diz muito, do trabalho realizado, pela Autarquia nos últimos anos. No ano passado, em 2022, para além do maior investimento municipal de que há memória, é também transitado o maior saldo de gerência de sempre, no valor de 35 milhões de euros, sobre o qual desafio todos os membros desta Assembleia a refletir, pois a análise conjunta destes indicadores é também reveladora, de dois pontos muito importantes. Em primeiro lugar, de um ponto de vista da gestão municipal, que ainda sente o peso na sua execução, em termos de Plano Plurianual de Investimentos, o peso de uma guerra e também de uma pandemia que durou 2 anos, e por isso é que temos uma taxa de execução do PPI, de cerca de 31.05%. Em segundo lugar demonstra também, a importância do rigor da gestão financeira pois, manter a estratégia da redução das despesas correntes, de modo a não utilizar os recursos de todos nós, de forma leviana, é essencial para nos próximos anos continuar, o projeto que está a transformar o Concelho de Oliveira de Azeméis, num dos melhores do país para viver, investir e trabalhar. Por isso, importa também analisar, a importância da participação comunitária, nos investimentos que nós fazemos, e por isso, os gráficos que se seguem, mostram um investimento, em Plano Plurianual de Investimentos, sem participação comunitária. Apesar,

*de reconhecermos, que o financiamento comunitário é essencial, para a alavancagem de investimento municipal, que devemos agarrar todas as oportunidades dos próximos programas comunitários, o Portugal 2030; o Programa de Recuperação e Resiliência, nos proporcionam. Nesta temática é também de saudar, a disponibilidade do Município para apoiar, a parte não-financiada, nos projetos das nossas Associações e Juntas de Freguesia. No entanto, é também necessário garantir, que o Município tem capacidade de investimento para além, daquele que é a comparticipação comunitária. E por isso, o crescimento destes valores, onde está que o investimento no ano de 2022, representa cerca de 9 milhões de euros, sem utilização da comparticipação comunitária, são também o resultado do contínuo esforço, desta redução de despesas correntes. Onde destaco o investimento, em reabilitação do edificado público, e por essa via, a redução das rendas municipais, mas também destaco, a aposta na eficiência energética, que permitiu uma redução de cerca de 400 mil euros, na fatura energética do Município. Estes investimentos, estes resultados, vão-nos mostrando, que estamos a fazer decisões acertadas de investimento, e que hoje nos permitem alocar receitas correntes, a despesas de capital importantes, para o investimento e desenvolvimento no nosso Município. Em seguida, o investimento em PPI, sem participação comunitária per capita, que apenas nos últimos 3 anos ficou acima da média, dos últimos 9 exercícios contabilísticos. A média é então de 68.61 cêntimos, e apenas no ano de 2020, 2021 e 2022 é que pudemos ultrapassar claramente, estes valores de investimento. Apesar de tudo isto, e do Município fazer o maior investimento de sempre, com um importante investimento na Educação e requalificação do seu edificado, desde as Escolas do Ensino Básico, até à Escola de Fajões; na cultura, com a importante requalificação da nossa principal casa de espetáculos, o futuro Teatro Municipal; nas Zonas Industriais, na Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, e na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis; na reabilitação urbana, com a requalificação da Antiga Escola de Enfermagem; do Mercado Municipal; da Casa Sequeira Monterroso, que será o futuro Fórum Municipal. São muitos os investimentos, é verdade que muito está a ser feito, mas hoje avançamos com a consciência que, ainda existe muito para fazer; como por exemplo, a concretização dos compromissos da Praça Maior, do Parque Urbano, que já se encontra adjudicado; dos investimentos nas Zonas Industriais, que ainda temos de requalificar e dos novos espaços industriais, que teremos necessariamente, de projetar. Necessitamos também, de um plano alargado de intervenção, da nossa rede viária, que sofre hoje bastante com o forte investimento e, também a concretização de um objetivo, como é o investimento de cerca de 10 milhões de euros, na nossa rede de água e saneamento. No entanto, estes investimentos valem a pena, pois hoje Oliveirenses conseguem ter acesso, pela primeira vez nas suas vidas, a rede de água e saneamento. É verdade, só no século XXI, é que isto ainda está a acontecer para muitos Oliveirenses. Em suma, apesar da apreciação política, que possamos querer fazer destas contas, os factos são: Temos o maior saldo de gerência, mas temos também, o maior investimento que há memória, e os melhores indicadores económico-financeiros. E não menos importante, continuamos a manter o pilar da Democracia intacto, que*

*é a confiança, e continuamos a cumprir os compromissos, que temos com os oliveirenses. De facto, este é um legado que ficará para a posteridade. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João**, do PSD. =====*

*===== Muito obrigado. Agradeço os gráficos da praxe, pese embora, tenho algumas referências a fazer. Os gráficos apresentados, não refletem o enorme impacto que, a delegação de competências traz a estes valores contabilísticos. Não faz muito sentido, esta comparação com anos anteriores, porque não estamos a falar da mesma coisa. Outra coisa interessante é que, o relatório apresentado, e quando se fala em investimento, considera-se o valor total do investimento. Depois, quando vamos fazer uma comparação, só se contabilizam as obras, sem participação comunitária, porquê a diferença? Então, também deveríamos só apresentar, o investimento da Câmara, sem participação comunitária. Uma coisa não faz sentido, quando estamos a falar de investimento, de uma maneira e alterarmos. Obviamente que, não é o momento para estarmos a discutir, a questão do saneamento, mas obviamente que a contabilização do saneamento, a partir do momento em que existe uma rede, que é existente e que se faz uma ligação ao tratamento, e se contabiliza como obra toda a rede, não estamos a ser exatos, rigorosos, com aquilo que estamos a dizer. Quando estamos a contabilizar, como efluentes tratados, os efluentes da ETAR de Santiago de Ribá-Ul, se calhar não estamos a ser rigorosos. Os números são os números, mas também têm as suas falhas. Senhor Presidente, a razão de ser da Governação Municipal, obviamente não se pode esgotar, numa robustez das contas, citando até, o Anuário dos Municípios, o Município de Oliveira de Azeméis, não é o quarto melhor do país. Eu acho que, nós temos mais ambição, de ultrapassar os outros e de ser melhor do que os outros que estão à frente. Para perceber que, contabilisticamente é o quarto melhor do país; não sei se nos outros itens acompanhamos o quarto. O facto de estarmos a dizer que, contabilisticamente somos o quarto melhor, é muito bom. Dou os meus parabéns, não esgota o trabalho, e penso que também o Senhor Presidente terá essa ideia, porque ele próprio se projeta para o futuro, e, portanto, não vamos agora encher-nos de razões, por uma situação que é circunstancial, mas que não é, aquilo que é a forma de vida dos Oliveirenses. Isto não pode ser feito, exatamente por isso, quando o resultado é alguma falta de investimento e, conseqüente não-melhoria, e degradação das condições de vida dos municípios. A falta de capacidade de atração do Município, quer em termos empresariais, quer em termos industriais. É possível extrair do documento da análise, que o Município termina o ano de 2022. com o saldo de gerência de 35 milhões de euros. Gerir é sempre fazer escolhas, e definir estratégias, no caso do Município, estratégias de crescimento, melhoria das condições, de qualidade de vida dos municípios. Importa então esclarecer, que este superavit dos 24 milhões de euros, resulta num aumento de receitas e de impostos, à ordem dos 5 milhões de euros, mas maioritariamente, de investimentos previstos e não realizados. Sendo que, é algo que já se repete, desde 2019; eu fui buscar o ano de 2019, porque penso que o Senhor Presidente, usou o ano de*



2017 para fazer a comparação. Entendo que, foi o início deste Executivo Municipal, mas efetivamente, para as contas não faz muito sentido também, nós contabilizarmos, em 2017 nós estávamos debaixo do Plano de Saneamento Financeiro, e, portanto, não deve ser o valor de referência. Nós devemos ser mais ambiciosos do que isso, eu estou a referir-me só ao ano anterior, desde 2019. Importa referir que, estes números, dos últimos 4 anos, o Município apresenta um Plano Plurianual de Investimentos, onde promete executar uma série de investimentos no concelho. Repetidamente, falha o objetivo proposto aos Oliveirenses, e com taxas de execução muito baixas, em 2021 a rondar um terço da verba prevista. Por cada 100 euros de investimento anunciado no PPI, o Município está realmente, a investir 31 euros; aqui estou a dizer investir, não estou a dizer que a obra não esteja prevista, ou em andamento, mas o que efetivamente está investido são os 31 euros. Aqui também se põe a situação, se há participação comunitária, se não há, que é a mesma história do saneamento. O valor anunciado no saneamento, inclui a participação comunitária. Então, seria lógico dizer: “Nós estamos a gastar, no saneamento, isto.” e não juntar, porque isso cria confusão nas pessoas, e até dá uma ideia que pode não ser bem a que existe. Estes documentos, servem para cumprir um preceito legal, mas são muito úteis, e a análise dos mesmos, permite aferir a performance do Município. Penso que, resulta de forma transparente, quando temos um Plano Plurianual de Investimentos repetitivamente, e em anos tão consecutivos, com execuções tão baixas, que existem duas possibilidades. Ou o Plano Plurianual de Investimentos é demasiado ambicioso, face à real capacidade de execução e investimento, e existe um excesso de investimentos propostos aos Oliveirenses, mas que repetidamente não abandonam a condição de promessa; ou então o Plano Plurianual de Investimentos, está bem ajustado à capacidade, de investimento e execução do Município, e a falha está na capacidade da execução dos investimentos. Reconheço que esta avaliação não será fácil ou linear, e que existem fatores internos e externos, que podem ter a sua influência. Já era de esperar um ajuste, ou seja, entendo que há aqui um impacto da guerra, mas nós andamos há 4 anos com sucessivos impactos. Se calhar, está na hora de realmente compreendermos que, o mundo não está fácil e, se calhar nos anos vindouros não vai estar fácil, nem vai melhorar. Isso deverá ser, um ajuste para os próximos Planos Plurianuais. Como é que se pode compreender, que durante todo o ano de 2002, o Município de Oliveira de Azeméis, com um superavit de 24 milhões de euros, não tenha executado o investimento, nas Zonas Industriais do Nordeste, Nogueira e Pindelo, nem na nova Zona Industrial de S. Roque; que tenha reduzido o investimento na rede viária do concelho; que tenha reduzido as transferências totais para as Freguesias. Eu gostava de referir que, não investimos na habitação nomeadamente, o “1º Direito”, e mediante o que temos assistido na política nacional, e das perspetivas da falta de habitação, penso que era exigível que, no ano de 2022 tivéssemos tido, um investimento na habitação, ou pelo menos iniciar esse investimento. Relembro que, as datas são apertadas para cumprir o “1º Direito”, e que Oliveira de Azeméis continua atrasado. Relembro que, se desconsiderarmos a afetação excessiva de capital, ao Plano Plurianual de Investimentos, poderíamos considerar responsabilmente, conforme proposta do PSD, a redução de IRS para os Municípios Oliveirenses, aumentando o rendimento disponível das

*famílias, fator de grande importância nos tempos em que vivemos, com elevadas taxas de inflação e melhorando a qualidade de vida no dia-a-dia dos Municípios. Disse. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== A primeira coisa que faria, seria convidar o Senhor Deputado Fernando Pais a ouvir a sua intervenção. Porque ele começa por dizer que não fomos capazes de investir e, a seguir temos uma gigantesca frente de obra. Diz que nós não investimos na educação e a seguir diz que nós investimos 3,9 milhões de euros na educação. Diz que nós não investimos na rede viária e depois acusa-nos de eleitoralismo por em 2021 termos investido 4,5 milhões de euros e em 2022 2 milhões de euros. Ou seja, em dois anos investimos mais de 6 milhões de euros na rede viária. Fica um bocadinho difícil de perceber o registo de coerência. Depois é importante que se perceba o seguinte: eu acho interessante nós diabolizarmos estas questões do saldo de gerência. Aliás, eu ouvi aqui narrativas, absolutamente, interessantes que justificaram a existência destes saldos de gerência apenas com a contextualização. Basicamente nós não estamos aqui a fazer rigorosamente nada, isto resultou do facto de termos um plano de saneamento financeiro com uma dívida monstruosa que deixou de ser paga, como se este município não tivesse pago, uma boa parte dessa dívida e, mais importante do que isso, resultou da atividade económica, da dinâmica... Portanto, nós não tivemos aqui a fazer nada em termos e despesas de representação, fundos de maneo, eliminação de contratos de assistência, uma diminuição substancial nas rendas, na energia elétrica, na representação, enfim, num conjunto de áreas que permitem poupanças de milhares de euros. Poupanças de milhões de euros. Mas independentemente disso, nós mais uma vez, não quero isolar o mérito, ele é de todos os Oliveirenses, aquilo que é importante é nós termos bem presente aquilo que era a nossa situação e aquilo que acontece hoje. E quem, enfim, ouvir aqui algumas intervenções parece que estamos a fazer uma análise dos cinquenta anos do Partido Socialista, ou do último século - digamos assim - da atividade do município. Porque efetivamente é bom que percebamos que de 2010 a 2013 investimos (em 4 anos) 18.4 milhões de euros; de 2014 a 2017 (nos mesmos 4 anos) investimos 18.9 milhões de euros; de 2018 a 2020 (em três anos) investimos 16.8 milhões de euros. Estamos a falar agora em dois anos 2021 e 2022, em 24.5 milhões de euros. Não estamos a falar de há 50 anos atrás. Estamos a falar de há 10 anos atrás e, estamos a falar de uma evolução, na minha opinião - lá está mais uma vez tive oportunidade de dizer, no escrutínio todas as opiniões são válidas -, houve uma evolução absolutamente gigantesca da nossa situação. É evidente, Senhor Deputado, que os indicadores que nos colocam nos primeiros lugares do país são indicadores macroeconómicos, de desempenho económico; mas esse desempenho económico é absolutamente fundamental para promovermos a qualidade de vida que os senhores dizem que nós não promovemos. A seguir vou fazer um pequeno castigo aqui ao Senhor Dr. Fernando Pais, porque disse que nós não fomos capazes de investir, não promovemos a qualidade de vida e, depois a seguir fala no exemplo do parque urbano... Na nossa opinião, a*

*construção de um parque urbano é promover a qualidade de vida, mas essa é a nossa opinião, portanto, respeitamos as opiniões dos outros. Eu gostaria também de responder ao Dr. Fernando Pais, mas ele não está presente, porque obviamente, ele teceu aqui um conjunto de considerações que não são corretas, ao ponto de dizer que a Praça Maior é um negócio imobiliário. Foi isso que ele disse, foi mais ou menos a expressão que utilizou... De imobiliário não tem nada. Permitimos foi que, o património municipal fosse enriquecido com uma área que é muito importante, que ficássemos com uma casa que tem uma identidade muito própria na nossa cidade e no nosso concelho que é a casa Bento Carqueja e que tenhamos oportunidade de resolver um problema seríssimo que herdamos e que nos foi ocultado a todos – convínhamos também que é importante relembrar isso -. A Câmara tinha sido notificada para abandonar o terreno e as instalações e isso foi ocultado dos Oliveirenses, nós resolvemos o problema e hoje temos todas as condições para criar uma nova centralidade que é absolutamente fundamental para estes eventos todos que vamos tendo a acontecer na nossa zona história, mas que é também muito importante para promover a qualidade de vida dos Oliveirenses. Quando eu ouço falar, nem percebi muito bem o que é que o Sr. Deputado disse sobre o Fórum, que perdemos uma oportunidade de dinamizar a rua pedonal. Nós perdemos uma oportunidade para dinamizar a rua pedonal, em 2001, quando compramos o equipamento por 400 mil euros e o deixamos abandonado. Aí é que nós perdemos uma oportunidade. Neste momento estamos a construir um equipamento que vai concentrar um conjunto vasto de serviços da Câmara Municipal que induzirão naturalmente – esperamos nós – dinâmicas muito importantes na rua pedonal. E vamos juntar a essas dinâmicas que o Fórum Municipal vai trazer, dinâmicas que resultarão da requalificação da Casa Bento Carqueja e também do atual edifício dos Paços do Concelho, edifícios que ficarão disponíveis para criarmos outras dinâmicas. Eu vi aqui várias considerações feitas sobre a habitação, que não foi promovida a habitação jovem... Nós temos uma Estratégia Local de Habitação que tem um esforço 8,5 milhões de euros. É um esforço significativo, neste momento estamos a elaborar o projeto, não vamos sofrer por antecipação, este executivo camarário tem dado provas mais do que suficientes que se compromete com as coisas e que procura fazer com que as coisas aconteçam, portanto, também vamos ter essa realidade a ser cumprida no nosso concelho. Para além disso, vamos ter que naturalmente fazer, quer com os privados, quer por iniciativa própria, outro tipo de questões, outro tipo de dinâmicas, porque elas são determinantes... Hoje o problema da habitação é um problema sério que se coloca a todo o país e, efetivamente o país tem que encontrar respostas porque se não a vida das pessoas fica muito difícil. Eu ouvi falar em zonas industriais, é algo que também me delicia, porque parece que as zonas industriais estavam absolutamente extraordinárias quando nós chegamos, em 2017 a responsabilidades governativas e que, entretanto, se deterioraram de forma abrupta. Não é verdade. Os nossos empresários nunca foram respeitados, convínhamos, essa é que é a realidade. Eu sei que é duro ouvir isto, mas o que é um facto é que os nossos empresários e os trabalhadores nunca foram respeitados e as nossas zonas industriais nunca foram espaços de acolhimento dignos desse nome. E, nós queremos precisamente dotá-los dessas condições de dignidade, por isso, é que já fizemos um investimento*

*de mais de 1 milhão de euros cumulativo entre a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro e a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago Riba-Ul; E por isso é que assumo publicamente, sem receio de o fazer, ainda este ano vamos lançar os procedimentos para a requalificação das zonas industriais de: Nogueira do Cravo/Pindelo, Nordeste e de Ul/Travessa da Moura, porque o concurso ficou deserto fizemos uma redefinição do projeto. Estamos em condições, agora, de nos próximos meses lançarmos essas obras a concurso. Portanto, será retirado mais um argumento para a narrativa que vem sendo seguida. Não percebi a questão do Dr. Fernando Pais, quando diz que o endividamento tinha crescido, não é verdade. O endividamento municipal baixou, aliás é fácil perceber porque, eu referi os números. Foram aqui ditas várias questões relacionadas com a carga fiscal, eu referi aqui que o município de Oliveira de Azeméis foi dos que mais diminuiu o IMI no país, a nossa visão não é essa do IRS, infelizmente muitas das pessoas que estão hoje fortemente fragilizadas com a inflação, com o aumento generalizado dos custos são pessoas que nem sequer entram no escrutínio dos escalões de IRS e essas pessoas - contrariamente ao que aqui foi dito e peço desculpa não é verdade mais uma vez -, tiveram muito mais apoios sociais em 2022 do que em 2021. Volto a referir os números: foi dito aqui que a Câmara preferiu guardar dinheiro em vez de apoiar e volto a referir que nós tivemos 995 apoios em 2022 contra 889 apoios em 2021; 2800 utentes contra 2505; 470.657,00€ apoios sociais contra 376.936,00€. Uma outra correção: não funciona muito bem, cada um trabalhar os números à sua maneira. Convém que se olhe para os números e se tenha a capacidade de se dizer assim “isso que o senhor está a dizer é mentira”, “o senhor não está a ser rigoroso”. E, eu tenho que vos dizer que aquilo que vocês disseram é mentira, não estão a ser rigorosos porque efetivamente os subsídios têm duas dimensões, como sabem; têm as transferências correntes e as transferências de capital. É evidente que controlamos as transferências correntes, mas não controlamos as transferências de capital como facilmente os senhores entendem. Tivemos um ano de 2022 particularmente rico em termos de transferências de capital, porque tivemos um sem número de obras participadas pela ADRITEM, onde a Câmara Municipal assumiu o esforço não participado que tem uma reflexão importante. Conforme eu sempre disse, nós estamos sempre disponíveis para responder aos desafios das nossas Juntas de Freguesia e das outras entidades que nós consideramos parceiras. Dizer que os subsídios correntes, aquilo que a Câmara transfere, passaram de 2.86 para 3.1 milhões de euros, aumentaram 247.000,00€. Não é verdade que tenham baixado. É evidente que as transferências de capital baixaram, efetivamente... Senhor Deputado, custa-me imenso, porque também não é verdade porque fez uma comparação muito utilizada na política, mas isso não credibiliza a política, onde procurou dizer que nós aumentamos a massa salarial à custa da redução dos subsídios que atribuímos às coletividades. E também foi dito aqui que tivemos um aumento das receitas e que mais uma vez não estamos aqui a fazer nada, porque foi esse aumento das receitas que determinou este saldo de gerência. O senhor falou das receitas, sabe que as receitas aumentaram 3.9 milhões de euros, mas as despesas aumentaram 5.6 milhões de euros. Portanto tem que me explicar como é que nós tivemos repercussão positiva no saldo de gerência segundo a sua análise. Aquilo que era importante que as pessoas*

*percebessem, é que efetivamente o investimento no Plano Plurianual de Investimentos passou de 2017 para 2018 - cresceu 10%; de 2018 para 2019 - cresceu 97%; de 2019 para 2020 - cresceu perto de 20%, estou a falar no contexto pandemia; de 2020 para 2021 - cresceu 39%; de 2021 para 2022 - cresceu 35%. Eu julgo que isto é significativo, é obvio que o termo capitais próprios era algo que no passado era desconhecido, é um termo inovador, não existiam capitais próprios na dinâmica municipal. E não existia capitais próprios, porque não havia capacidade para gerar capitais próprios, ou seja, a câmara estava completamente refém de fundos comunitários. Sem fundos comunitários não fazia completamente nada e a participação era sempre com endividamento bancário. Quando olhamos 8.7 milhões de euros de investimento municipal do orçamento municipal, no conjunto 14 milhões de euros, eu julgo que é motivo de regozijo para todos. Termos aqui 14 milhões de euros de investimento num ano, onde 11 milhões são de capitais próprios, eu acho que é muito significativo, muito relevante... gostaria de deixar aqui essa nota, porque me parece particularmente importante. Dar uma nota sobre aquilo que aconteceu em termos dos saldos de gerência que foram apresentados: Saldo de gerência era algo que também não fazia parte do vocabulário dos orçamentos municipais e dos relatórios de contas municipais. Não havia historicamente saldos de gerência, eram 0. Nós efetivamente tivemos 13 milhões de euros em 2019; 19 milhões de euros em 2020; 29 milhões de euros em 2021; 35 milhões de euros em 2022. É evidente que, nós mesmo investindo 14 milhões de euros não estamos satisfeitos, gostaríamos de investir muito mais. Mas nós temos consciência da realidade, eu tive oportunidade de dizer que nós estamos a construir sustentabilidade financeira da autarquia, ao mesmo tempo que promovemos investimento, mas com os pés assentes na terra e temos noção da realidade, percebemos bem que dois anos de pandemia e esta espiral inflacionista que acabou por acontecer em resultado dessa guerra fazem parte de um percurso de 5 anos de gestão do Partido Socialista à frente dos destinos da Câmara Municipal. Nós não ignoramos isso, nem os constrangimentos que isto causou. Tive oportunidade de vos dizer que tivemos 25% das empreitadas lançadas em 2022 ficaram desertas e, 2021 foi muito mais trágico ainda como é evidente. Não pudemos justificar as coisas de forma menos rigorosa porque efetivamente existe uma realidade que não pode ser municipalizada, é uma realidade que existe um bocadinho em todo o concelho. Eu gostaria que estivesse aqui o Senhor Fernando Pais, gostaria de lhe dar um castigo, reconheço... Quando ele diz que nós não investimos na educação, gostaria de lhe ler todas as escolas que já foram intervencionadas, os muitos milhões de euros que foram investidos e os que se estão a perspetivar investir. Gostaria de lhe ler, como é evidente, as obras que neste momento já foram concluídas, tem aqui algumas dezenas de obras e - poderei facultar também a quem estiver interessado -, muitas centenas de estradas que já foram intervencionadas. Mas há um caminho a percorrer, agora não podemos esperar que se faça em 5 anos, com um conjunto de esterilidade e fatores que condicionam fortemente a nossa atividade, aquilo que não se conseguiu fazer em 40. Por isso, Senhor Deputado, tecer considerações sobre o 'saneamento para trás, saneamento para a frente'... Ouça, as estradas estão a ser todas esventradas. Mais uma vez não quero isolar o mérito, eu não quero saber se o dinheiro vem dos fundos comunitários, se vem do orçamento da*

*Câmara Municipal, ou dos dois... Eu quero é que venha o dinheiro para promover a rede de água e saneamento no nosso concelho, o que me interessa é resolver o problema aos Oliveirenses. Neste investimento o que está a acontecer neste momento, a maior parte do investimento é do orçamento municipal da Câmara Municipal. Sobre isso, não tenha rigorosamente dúvida nenhuma. Claro que tínhamos rede de água, tínhamos escolas. Importa falar do presente e importa sobretudo procurar antecipar o futuro e que esse futuro seja o melhor para todos nós. É esse trabalho que está a ser feito. É evidente quando nós estamos a falar, isso é fácil de perceber, num investimento de 5 milhões de euros, temos disponíveis 5 milhões de euros e conseguimos investir 2.5 milhões de euros. É evidente que nós tivemos uma taxa de execução de 50%. Mas se tivermos 25 milhões de euros e investirmos os mesmos 5 milhões de euros, a nossa taxa de execução foi de 20%. Nós temos que ser rigorosos quando estamos a falar, objetivamente de valores absolutamente pornográficos quando comparados com aquilo que era o nosso histórico em termos de disponibilidade de recursos financeiros para poder investir na tal promoção da qualidade de vida. Agora, não vamos ter aqui, porque não vão ouvir isso de mim, que vamos ter tudo resolvido, que é um mar de rosas, que isto funciona tudo que é uma maravilha. Nada disso, temos investimentos, já foram aqui referidos vários aspetos que me parecem importantes, muito fortes para fazer nas nossas zonas industriais, temos que continuar a investir na nossa rede de água e saneamento que está muito longe ainda de ter as taxas de cobertura que consideramos que são aceitáveis. Com este ciclo de investimentos nós ficaremos com 65% para saneamento e talvez 85% para água, o que importa é que sabemos que esses investimentos vão ter que continuar no futuro. Claro está que é preciso investir na educação, desde a pré-escola até ao ensino superior. Conforme aqui foi dito é necessário investir na cultura, no turismo, na habitação seja ela social, custos controlados, para arrendamento acessível, habitação jovem, habitação para a classe médica. Todos temos noção disso, agora não podemos é fazer isso sem recursos financeiros. Geramos recursos financeiros que nos permitem dar resposta a esses problemas, temos consciência de que precisávamos muito mais recursos financeiros para poder satisfazer as vossas pretensões, mas vou terminar agradecendo muito o capital de confiança que depositam neste executivo e no nosso trabalho porque efetivamente esperar que ao fim destes anos nós tivéssemos a capacidade de resolver todos os problemas é mesmo algo que eu agradeço. Não estou a ser irónico, significa que vocês acreditam que é possível e, não tenham dúvidas nenhuma sobre isso: nós queremos mesmo que seja possível. O que nos move é precisamente dar as respostas que as pessoas precisam. E nunca recusamos, ainda há pouco agradei à senhora deputada a sua disponibilidade para me ajudar a resolver um problema e, agradeço muito sinceramente a vossa disponibilidade através de sugestões, através de ações, através das propostas alternativas, através do trabalho que queiram desenvolver para que estas contas tenham melhores níveis de execução ao nível do investimento, tenham melhores desempenhos ao nível desempenho do endividamento, tudo aquilo que for importante e permita que nós nos orgulhemos do território que temos e sobretudo que deixemos para as gerações vindouras um território melhor do que aquele que herdamos. É para isso que estamos a trabalhar. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **António Pinto Moreira**, do CDS-PP.* =====

===== *Esta Assembleia penso que continua a ser gravada, mas vou fazer questão de ler a próxima ata. Senhor Presidente da Câmara pode fazer análise política, pode contrariar-me e contradizer aquilo que eu digo. Isso faz parte da democracia e eu até agradeço ser elucidado de coisas que estou a entender mal. Eu tenho um princípio, eu olho para os números e só trabalho com os números que tenho. O Senhor Presidente, com certeza estaria a tomar notas, ou não ouviu exatamente aquilo que eu disse: porque como o tenho uma pessoa de boa-fé. O Senhor Presidente disse que eu disse que fizemos um aumento dos recursos humanos à custa da redução. Foi. Está dito. Eu não dei a entender rigorosamente nada. Senhor Presidente, se continua nessa .... Isso é acintoso. Tomo-o como acintosos e eu tenho-o como pessoa de boa-fé. Eu disse: «olhe temos aqui um valor que até é igual àquele»; Mas disse logo: «recuso qualquer demagogia à volta disto». É uma questão que eu não podia deixar, porque tenho também aqui a minha responsabilidade, eu ainda sei o que ando aqui a fazer, eu sou responsável por aquilo que digo e pelos meus atos, mas não por aquilo que não disse. Eu acho que expliquei bem. Mas eu vou ver na ata se expliquei bem. Senhor Presidente, de maneira alguma, mas, se o entendeu, peço desculpa por me ter explicado mal. De maneira alguma. Aquilo que eu disse foram coisas diferentes. Eu disse é que houve um aumento de recursos humanos de 600, que é bom, mas que devia ter sido no ano anterior. E disse que, de facto, estão lá menos 629.000,00€ de transferências que depois de uma pandemia seria de lamentar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu não percebi o que é que o António João disse sobre as transferências de competências e que isso influenciava as contas. Porque o que estava na base da transferência de competências é a neutralidade orçamental. Não percebi qual é o impacto que tem nas contas.* ==

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: **A favor, 26 votos:** vinte e dois (22) votos do PS, um (1) voto do CDS/PP, um (1) voto do CH, um (1) voto do Presidente de Junta da Freguesia de Cesar, um (1) voto da Presidente de Junta de Freguesia da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca; **Contra, 8 votos:** sete (7) votos do PSD, um (1) voto do B.E.; **Abstencões, 3 votos:** três (3) votos do PSD.* =====

===== **Ponto cinco:** - **Pedido de reconhecimento de interesse público municipal na requalificação do Parque Bento Carqueja - Palmaz (I/27079/2023) - Aprovação;** =====

=====  
*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*  
*1). Compete aos órgãos da administração pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesse legalmente protegidos dos cidadãos (art.º 4.º do CPA); 2). Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; 3). Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: a) Património, cultura e ciência; b) Tempos livres e desporto; c) Saúde; d) Promoção do desenvolvimento (art.º 23.º n.º 1 e 2 alíneas e) f) g) e m) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações); 4) Nas áreas das APPS correspondentes às classes de perigosidade de incêndio rural 'alta' e 'muito alta' não serão interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação, desde que: a) . Sejam obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, e; b) desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: i) Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS; ii) Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios; iii) Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo; iv) Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico; 5) O requerente se propõe: a) . Recuperar estruturas ribeirinhas, açude destruído e edifício existente; b). Criar zonas de estadia flutuante sobre o rio, zonas de praia, merendas e picnics e zonas floridas; 6) A requalificação do espaço irá permitir: a) O desenvolvimento da freguesia, atraindo visitantes; b) A promoção da saúde; c) da atividade desportiva; d) e da qualidade da ocupação dos tempos livres da população e visitantes; Propõe-se: 1) O reconhecimento do interesse público municipal na requalificação do Parque Bento Carqueja, conforme requerido, nos termos e para os efeitos do art.º 60.º n.º 2 alínea d) do DL 82/2021, de 13 de outubro e posteriores alterações, uma vez que inexistente alternativa adequada de localização fora de APPS; 2) Devendo ser assegurado, obrigatoriamente, pela requerente: i) Medidas de minimização do perigo de incêndio, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios; ii) Medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo.”*  
=====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor*  
***Presidente da Câmara Municipal***, *para prestar esclarecimentos.*  
=====

=====  
*Muito rapidamente: Em primeiro lugar, agradecer a aprovação do*  
*orçamento/relatório de contas; Em segundo lugar, dizer que é uma mera formalidade, o Parque*



*Bento Carqueja está a ser submetido a uma candidatura ADRITEM e é preciso esta declaração de reconhecimento de interesse público municipal nesta requalificação. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helga Correia. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente aqui está um exemplo daqueles que não se devem repetir. O Senhor Presidente apresentou aqui os esclarecimentos e apresentou-os na reunião de Câmara, nós tomamos boa nota. Contudo, a documentação enviada juntamente com a ordem de trabalhos, no nosso entender, é insuficiente. Nós só conseguimos perceber aquilo que vamos votar aqui hoje mediante as explicações que foram dadas tanto nesta Assembleia como na reunião. Naquilo que nos enviam encontra-se omissos, tanto quanto ao proprietário, como os fins que este pedido de reconhecimento de utilidade pública pretende. Apelava a que futuramente tudo que são documentos enviados para nós votarmos venham com a documentação em apêndice para podermos analisar com a devida ponderação. Obrigada. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto seis:** - **Minuta de Contrato interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes (I/23831/2023) - Autorização;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; -Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; -Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Macieira de Sarnes (E/11103/2023), em que solicita apoio financeiro para a construção de equipamento - sanitários e área de churrasqueira a integrar o Parque da Rua Nova do Rio (Campo da Vessada), em Macieira de Sarnes, no valor de 55.600€ + IVA, conforme documentos apresentados em anexo; -Que o Parque da Vessada é único na freguesia, sendo utilizado durante todo o ano pela população, designadamente para convívio, celebração de festas das coletividades, atividades e programas culturais, recreativos, desportivos e outros; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações*

*resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação da trabalhadora Arq. Cláudia Alves, como Gestora do Contrato; Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Macieira de Sarnes (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), para a construção de equipamento - sanitários e área de churrasqueira a integrar o Parque da Rua Nova do Rio (Campo da Vessada), em Macieira de Sarnes, com o compromisso de fundo disponível número 861/2023, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Este é um projeto de investimento da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes que, à semelhança de outros investimentos das juntas de freguesias, vai receber um apoio da Câmara Municipal de 30 mil euros para uma intervenção que a junta quer fazer no Campo da Vessada, trata-se basicamente de questões ligadas a instalações sanitárias, churrasqueiras, etc.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de intervenção.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto sete:** - ***Alteração da postura de trânsito (colocação de nova sinalização) na rua da Obra Social em S. Martinho da Gândara - Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/11282/2023) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “**Considerando:** - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33º, n.º 1, alínea ee); - A proposta da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, aprovada em Assembleia de Freguesia e remetida a este serviço a 09 de fevereiro de 2023; - O descrito na referida proposta que expõe que, dada a inclinação do arruamento, os veículos que circulam no sentido ascendente, têm dificuldades de visualização do trânsito que circula em sentido contrário, originando grandes dificuldades aos automobilistas; - Que têm ocorrido vários acidentes, dado as dificuldades acima mencionadas; **Propõe-se:** a. A alteração da postura de trânsito aprovada em 01/07/2013, na Rua da Obra Social, com a aprovação de sentido único ascendente (norte - sul); b. Retirar a sinalização direcional existente na rua da Obra Social, no entroncamento com a Rua de Vide e a existente no e cruzamento com a Rua da Serrazina, incluindo a eliminação de triângulo divisório de trânsito; c. Colocação de toda a sinalização necessária para a nova postura. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Julgo que é suficientemente claro. Foi aprovada a postura de trânsito, em julho de 2022, com uma via de sentido único, ascendente norte/sul. A rua é muito inclinada e os veículos que circulam no sentido ascendente não conseguem visualizar com segurança o trânsito que circula em sentido contrário. Isso pode causar acidentes e constrangimentos, portanto, está-se a pedir a criação de um sentido único nesta rua. Julgo que esta proposta tem a concordância da Junta de Freguesia e já foi aprovada na Assembleia de Freguesia.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto oito:** - ***Alteração da postura de trânsito aprovada para a Rua Casal Novo (colocação de sinalização) - Freguesia de Cucujães (I/11585/2023) - Aprovação;*** =====

=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: **“Considerando:** - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - O pedido da Junta de Freguesia de Cucujães com o E/12437/2022 e reunião no local com a Dr.ª Susana Fonseca e Paulo Neto, com a verificação que esta rua não pode funcionar toda em sentido único devido a uma entrada de garagem. - Complementar com sinalização as ruas que desembocam na rua de Casal Novo e organização do estacionamento habitual. **Propõe-se:** 1. Que sejam criados: mais 2 lugares de estacionamento, antes do entroncamento com a Travessa de Casal Novo e uma linha amarela antes, frente a porta de garagem do n.º 115 onde habitualmente estacionam. 2. Que seja reposto os dois sentidos de trânsito entre o entroncamento entre a Travessa de Casal Novo e a Rua Dom Frei Luís de Jesus, para possibilitar a entrada e saída de viaturas do n.º 157 da rua Casal Novo, com a colocação da seguinte sinalização: Um sinal A25 - “Trânsito nos dois sentidos” a seguir ao entroncamento com a Travessa de Casal Novo; Acrescentar o sinal A25 - “Trânsito nos dois sentidos” e a placa adicional “a 50m” no sinal C1 - “Sentido proibido” existente junto ao entroncamento com o Beco de Casal Novo e retirar o sinal D1a - “Sentido obrigatório à direita”; Retirar os dois sinais aprovados para a rua de Casal Novo, colocados antes do entroncamento com a rua Dom Frei Luís de Jesus; Colocação de um sinal B2 - “Paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos”, na rua de Casal Novo, junto ao entroncamento com a Rotunda da Ramadinha; Colocação de um sinal C8 - “Trânsito proibido a veículos de largura superior a 2m com uma placa adicional “a 50m”, no acesso à Travessa de Casal Novo e um sinal B2 - “Paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos”; Colocação de um sinal H4 - “Rua sem saída”, no acesso ao Beco de Casal Novo e um sinal B2 - “Paragem obrigatória em cruzamentos e entroncamentos”. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Remeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

=====  
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 ===== Acho que esta rua tinha em toda a sua extensão um sentido único que impedia os moradores de acederem a uma garagem. Portanto, foi só em parte da rua mantido o sentido único e permitido dois sentidos no troço, para que os moradores pudessem aceder à garagem, para além da criação de dois lugares para estacionamento, que está aqui na mesma proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove: - Postura de trânsito para “Parque Verde Carregosa Viva” (I/26615/2023) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal“, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido realizada pela Junta de Freguesia de Carregosa, para criar uma postura de trânsito, para o Parque Verde Carregosa Viva Proponho: Que seja aprovada a colocação dos seguintes sinais: - 2 Sinais C3 (Trânsito proibido a veículos pesados); - 2 Sinais C13 (Proibição de exceder a velocidade máxima de 30 quilómetros por hora); - 1 Sinal C11b (Proibição de virar à esquerda) com painel adicional M11e; - 1 Sinal C11a (Proibição de virar à direita) com painel adicional M11e; - 6 Sinais H7 (Passagem de peões), com a devida marcação da passadeira; - 1 Sinal H4 (Via pública sem saída); - 1 Sinal B2 (Paragem obrigatória no próximo cruzamento/entroncamento); - 4 Sinais H1a (Estacionamento autorizado): - 1 com painel adicional M12a; - 1 com painel adicional M12b, - 1 com painel adicional M11d (pessoas com mobilidade reduzida); - 1 Sinal H40 (Fim de Estacionamento autorizado); - 10 Sinais J3a - Sinal de direção “Parque Verde Carregosa Viva” (5 para a direita e 5 para a esquerda); - 11 sinais de Parque de autocaravanas (com 5 modelos M3a e 5 modelos M3d). Foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Carregosa. Em anexo plantas da postura de trânsito proposta. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/20202 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar nº 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== O “Parque Verde Carregosa Viva” foi intervencionado no âmbito de uma candidatura ADRITEM; foram feitos passeios; foram feitas pavimentações, e agora é necessária a instalação de um conjunto de sinalética, que regule e discipline o trânsito no Parque. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dez: - Abertura de procedimento e autorização das condições gerais da concessão/ atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade (Proc. 17/23 - PI/310/2023) - (I/23199/2023) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para concessão do direito exclusivo de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano no concelho de Oliveira de Azeméis e colocação de publicidade nos mesmos. 2. Que se pretende que a concessão vigore por um período de 10 (dez) anos a contar desde a data da outorga do contrato, podendo ser renovada por 5 (cinco) anos, se nenhuma das partes a isso manifestar oposição. 3. Que, nos termos do n.º 1 e 2, do artigo 31º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) é referido que: “...1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 24.º e 30.º-A, para a formação de contratos de concessão de obras públicas e de serviços públicos, bem como de contratos de sociedade, deve ser adotado, em alternativa, o concurso público, o concurso limitado por prévia qualificação, o procedimento de negociação ou o diálogo concorrencial. 2 - O disposto no número anterior é também aplicável quando os contratos nele referidos não impliquem o pagamento de um preço pela entidade adjudicante ou sejam contratos sem valor...” propõe-se a abertura de um concurso público com publicidade internacional. 4. Que, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual compete à Assembleia Municipal autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais. Assim, proponho ao Órgão Executivo: - Que, no estrito respeito pelo estabelecido no n.º 1, do artigo 36º e artigo 38º, do CCP, delibere sobre a abertura do procedimento na modalidade de concurso público, nos termos estabelecidos nos artigos 130º a 154º, 407º a 425º e 429º a 430º, do CCP para a “Concessão/atribuição do direito de instalação de mobiliário urbano e exploração de publicidade”, com base no Programa de Concurso e Caderno de Encargos (em anexo) que fixam as condições gerais da concessão; - Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do artigo 67º, do CCP, sejam nomeados os elementos constitutivos do Júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente - Técnico Superior, Alberto Filipe Rebelo Godinho; 1ª Vogal - Técnica Superior, Sílvia Isabel Gomes Pereira; 2ª Vogal - Técnica Superior, Elsa Susana da Costa Félix; 1ª Suplente - Técnica Superior, Cláudia Sofia Carvalhal Alves; 2º Suplente - Técnico Superior, Abílio Manuel Ribeiro da Silva Estrela; 3ª Suplente - Assistente Técnica, Sandra Raquel Gonçalves Fernandes - Que, autorize a delegação de competências para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no art.º 109.º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 69.º do C.C.P, da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação. - Que seja designado, nos termos previstos no n.º 1, do*

artigo 290.º-A do C.C.P., como gestor do contrato o Técnico Superior, Alberto Godinho. **Propõe-se ainda que**, para os efeitos previstos na alínea p), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Órgão Executivo, submeta ao órgão Deliberativo a presente proposta bem como o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, para autorização das condições gerais da concessão.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós vamos abrir uma concessão, para a atribuição do direito de utilização e de exploração de mobiliário urbano, com a componente de exploração de publicidade. Aquilo que nós pretendemos, para além naturalmente dos “outdoors” e dos “mupis”, desse tipo de meios de publicitação, que são frequentes, queremos aumentar substancialmente o número de abrigos de passageiros que temos no nosso concelho. Nós, neste momento, temos 40 abrigos, 20 na cidade e 20 dispersos; todos nós passamos por eles, muitos deles são em chapa, em alvenaria, em muito mau estado. Aquilo que se pretende é abrir uma concessão para 80 abrigos de passageiros onde 20 serão para a cidade e 20 serão para as imediações da cidade, para as freguesias envolventes, e depois os outros 40 distribuídos pelas Freguesias do Concelho. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze: - Procedimento de Aquisição de leite escolar (Proc. 30/23) - Repartição de encargos em mais do que um ano económico (I/23948/2023) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - conforme apresentado na RQI n.º 1530, é necessário assegurar a aquisição de leite escolar (leite simples, leite sem lactose e bebida de soja original), destinado a alunos do pré-escolar e do 1º ciclo das escolas do concelho para o período de setembro de 2023 a julho de 2024. - a presente necessidade enquadra-se na estratégia nacional do Programa Regime Escolar (Fruta e Leite), ao abrigo do Regulamento de execução (UE) n.º 2017/39, da Comissão, de 3 de novembro de 2016, da Portaria n.º 113/18, de 30 de abril e posteriores alterações, e demais legislação aplicável. - no âmbito do processo de descentralização de competências na Educação (Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro), incumbe à autarquia assegurar essa necessidade. - o valor estimado (preços base apresentados pela unidade orgânica requisitante, tendo por base o valor obtido através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP) para a celebração do referido contrato é nos montantes abaixo indicados, prevendo-se a distribuição da verba do seguinte modo:

LOTE	Tipo leite	ano letivo	Quantidade	Preço unitário	Valor (S/IVA)
1	Leite simples	2023	211200	0,250€	52.800,00€
		2024	385440		96.360,00€
<b>596640</b>					<b>149.160,00€</b>
2	Leite sem lactose	2023	3760	0,470€	1.767,20€
		2024	6862		3.225,14€
<b>10622</b>					<b>4.992,34€</b>
3	Bebida de soja original	2023	160	0,750€	120,00€
		2024	292		219,00€
<b>452</b>					<b>339,00€</b>

- Os valores encontram-se previstos na rubrica 020105, através da Proposta de Cabimento n.º 724; - a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 7 de dezembro de 2022, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2023, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2023, encontrando-se previsto na rubrica 020105 – Alimentação - Refeições Confeccionadas, cujo valor máximo para 2024 é de 1.192.250,00€. - se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público. Deste modo, e de acordo com os valores estimados acima indicados, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução aos valores referidos em função do início da vigência do procedimento, o que implicará os ajustamentos respetivos na repartição de encargos no primeiro e último ano de vigência do contrato, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual global.”

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====



===== *Estamos a falar da aquisição do leite escolar, cerca de 55 mil euros distribuído por mais do que um ano económico. Estamos aqui a obter a vossa autorização para fazer a repartição dos encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Sem intervenções.* =====

===== *Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse:* ==

===== *Quero agradecer a vossa presença e agradecer toda a compostura e elevação com que todos os elementos se exprimiram. Dar os parabéns por esta exposição do “Laço Azul”; Acho carinhoso dizer assim « Serei o que me deres, que seja amor». Com este apelo partimos para nossas casas. Bom fim de semana. Obrigada pela vossa atenção.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 21 horas e 05 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.* =

*Presidente*

*Primeiro Secretário*

*Segundo Secretário*